

ERRATA

1) página 22, nota 27: ANTUNES,R., Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, Cortez Editora/ Editora da Unicamp, 1995, p.78.

2) página 23, nota 31: Idem, p.120.

3) página 24, nota 33: ARENDT,H., A Condição Humana, Forense Universitária, 1987, nota 3, p.90 e nota 5, p.91.

4) página 24, nota 34: Cf. MARX,K., Capítulo VI - Inédito de O Capital, Ed. Moraes, S.d., pp. 108-120.

5) página 42: "Já que temos como objeto... para o estudo das sociedades (a outra categoria seria o espaço)".

6) página 108, nota 154: SCHAFF,A., "O futuro do trabalho e do socialismo", p.22.

7) página 109: "Na opinião do FREYSSINET... com o aumento do desemprego, o tempo livre ganha uma dimensão negativa (na medida em que este está associado com aquele)..."

VALQUÍRIA PADILHA

**TEMPO LIVRE E RACIONALIDADE ECONÔMICA:
UM PAR IMPERFEITO**

UNICAMP

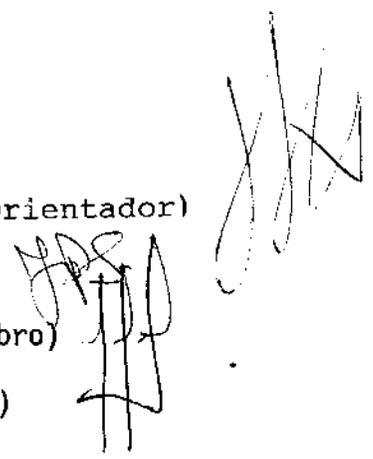
1995

VALQUÍRIA PADILHA

**TEMPO LIVRE E RACIONALIDADE ECONÔMICA:
UM PAR IMPERFEITO**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Pro-
fessor Livre Docente Ricardo Antu-
nes.

Banca: Prof. Dr. Ricardo Antunes (Orientador)
Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (membro)
Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino (membro)
Profa. Dra. Walquíria Leão Rego (suplente)



Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em:

22/08/95.

AGOSTO / 1995

00076802-0

UNIDADE	-C
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	P134t
V	Ex
T. inv. b.	25.662
PROD.	4.3.3/9.5
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/09/95
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Padilha, Valquiria

P134t Tempo livre e racionalidade econômica: um par imperfeito /
Valquiria Padilha. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Ricardo Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campi-
nas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho. 2. Capitalismo - Aspectos sociológicos. 3.
Lazer. 4. * Tempo livre. I. Antunes, Ricardo L.C.(Ricardo Luís
Coltro), 1953 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*"Pensamos em demasia
e sentimos bem pouco.
Mais do que de máquinas,
precisamos de humanidade."*

Charlie Chaplin

AGRADECIMENTOS

É impossível chegar à realização de mais uma tarefa sem reconhecer que só podemos atingir metas se contamos com apoio, incentivo, paciência, orientação, amizade e tantas outras coisas. Se esta dissertação representa mais uma meta alcançada em minha vida, isso só foi possível pela presença de algumas pessoas, cada uma a seu tempo e na sua medida, às quais deixo registrado meu sincero agradecimento.

São elas: Meus pais, Sidnei Padilha e Anna Maria L. Padilha; minhas irmãs, Valéria e Lara; meu orientador, Ricardo Antunes; meus companheiros e professores de cursos; os funcionários da secretaria da Pós-Graduação do IFCH, Esmeralda, Lurdinha, Betanho, Marli e Junior; Jesus Ranieri e Maria Orlanda.

Ao C.N.P.q, agradeço a concessão da bolsa de estudos durante o meu curso de Mestrado.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
1. AS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS NO MUNDO DO TRABALHO.....	07
1.1. O SIGNIFICADO DA CATEGORIA TRABALHO.....	17
2. TRABALHO, LAZER E TEMPO LIVRE.....	42
2.1. O ESTUDO DA CATEGORIA "TEMPO" COMO REQUISITO PARA A COMPREENSÃO DO TEMPO LIVRE.....	43
2.2. ALGUMAS CONCEPÇÕES DE TEMPO LIVRE, LAZER E ÓCIO.....	54
2.3. CONSUMO, LAZER E TEMPO LIVRE.....	73
2.4. RACIONALIDADE ECONÔMICA E TEMPO LIVRE.....	78
3. A REDUÇÃO DA JORNADA E DO TEMPO DE TRABALHO.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
BIBLIOGRAFIA	126

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da problemática do tempo livre têm aumentado, também no espaço acadêmico, fato que vem reforçar a importância do tema nos tempos atuais. De forma geral, o que tem se colocado é que as transformações constantes no mundo do trabalho - sobretudo as inovações tecnológicas e organizacionais - engendram necessariamente uma nova maneira de gerir o tempo de trabalho e, conseqüentemente, o tempo de não-trabalho.

Sem necessidade de muito esforço, pode-se perceber que, em função destas transformações, esse tempo de não-trabalho está sendo ampliado para uma grande parte de trabalhadores, mas que está cedendo espaço a um problema de dimensão político-social e econômica: o desemprego. Assim, o desemprego, como uma manifestação de não-trabalho, está se constituindo numa das mais importantes marcas do capitalismo e a recuperação do *welfare state* aparece como o único "instrumento" deste sistema capaz de suavizar o problema.

Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)¹, o desemprego atinge hoje um recorde de 35 milhões de pessoas, comparado com os 25 milhões em 1990, sendo que mais da metade deste número corresponde à população da União Européia

1. A OCDE foi criada em 1951 pelos 24 países mais industrializados do mundo; funciona como um Fórum de debates sobre as tendências econômicas e sociais no mundo; tem sede em Paris, na França.

(UE)². A taxa de desemprego no Japão é de 2,9% e a da Espanha é de 23,9% (em 1993). Do Primeiro Mundo, os países europeus estão na frente em relação ao desemprego, atingindo 12%, enquanto os Estados Unidos apontam 6,5%, levando em consideração que os critérios para medição são diferentes de um país para outro.³ Na China, o número de desempregados urbanos poderá alcançar 5 milhões de pessoas neste ano e aumentará em cerca de 1 milhão de pessoas por ano nos próximos anos.⁴

Evidentemente, as dimensões desse problema variam conforme o país no qual ocorre, desfavorecendo mais, de forma geral, aqueles que ainda se encontram em desenvolvimento. No Brasil, segundo recente levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos 64 milhões de pessoas que compõem a População Economicamente Ativa (PEA) do país, dos 40 milhões de empregados, apenas 27 milhões têm carteira assinada.⁵

O problema do desemprego tem se configurado em um desafio cada vez mais presente para os sindicatos, empresários e governos de quase todo o mundo. Algumas "negociações" em torno da redução da jornada de trabalho estão sendo feitas como uma possível

2. A União Européia substitui a antiga Comunidade Económica Européia (CEE) e foi oficializada em 1992 pelo Tratado de Maastricht. É formada, até 1995, por 12 países: Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Itália, Espanha, Portugal, Luxemburgo e Grécia.

3. Estes dados são fornecidos pelo caderno "Trabalho" do jornal Gazeta Mercantil de 24 de fevereiro de 1994.

4. Gazeta Mercantil de 26 de setembro de 1994.

5. Dados encontrados na Gazeta Mercantil de 11 de março de 1994.

minimização do fenômeno.

É importante notar que a sociedade capitalista atual, buscando maiores rendimentos com menores custos, acaba por eliminar milhares de trabalhadores do mercado de trabalho com o agravante de não lhes possibilitar uma ocupação do seu tempo liberado, de forma que a sua vida tenha mais sentido. Isso ocorre na medida em que, dentre outras coisas, os lucros obtidos pelos trabalhos das máquinas não são distribuídos para aqueles que estão sendo, por elas, excluídos da produção.

Mas, se de um lado, o trabalho que mais está sendo eliminado é o trabalho direto, ou seja, aquele que fornece o sobretabalho gerador de lucro, observa-se, por outro lado, uma tendência mundial de crescimento do trabalho parcelizado e do trabalho no setor de serviços. Será que este setor suportará o seu "enchimento" pelos trabalhadores expulsos da produção?

Mediante estes dados surgem algumas questões norteadoras deste estudo:

1) Será possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da "real" satisfação das necessidades humanas? 2) Como desfrutar do tempo livre mediante as dificuldades apresentadas pelo desemprego? 3) É possível afirmar que o tempo livre pode existir independente da forma pela qual se realiza o trabalho? 4) Na sociedade capitalista, trabalho pode ser um caminho para a plenitude humana? 5) Qual é, afinal, a relação entre trabalho e tempo livre? 6) Como pensar uma sociedade emancipada, potencialmente possibilitada pelos avanços tecnológicos mas, contraditoriamente, impedida pela lógica do capital?

É importante explicar que, por emancipação, entendo o

processo de libertação dos homens em relação ao seu estado de sujeição ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção. Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita o livre desenvolvimento dos mesmos sem que eles tenham que sacrificar as próprias vidas em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Na verdade, homens emancipados são aqueles capazes de identificar os seus próprios interesses e alcançá-los, articulando atividades individuais com necessidades sociais. Uma sociedade emancipada, pode-se dizer, é uma sociedade tornada efetivamente humana e social.⁶

Entende-se que não pode haver uma sociedade emancipada enquanto o trabalho for extrínseco ao homem, enquanto seu produto pertencer a um outro e levar o trabalhador à perda de si mesmo; ou seja, não pode haver emancipação sob o universo capitalista.

Partindo deste entendimento, pretende-se, fundamentalmente, dissertar criticamente sobre a concepção de **tempo livre** que permeia as idéias de alguns autores, num debate em torno da formulação marxista.

Um dos principais teóricos enfocados neste debate é André GORZ, a quem cabe importantes considerações à respeito da problemática do tempo livre. É este autor quem afirma:

" A grande maioria dos empregos não é mais para os seus detentores uma fonte nem de realização nem de orgulho. A automatização pode, sob certas condições,

6. Na sua décima tese, na qual faz a crítica de Feuerbach, Marx indica: "O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade civil; o ponto de vista do novo é a sociedade humana ou a humanidade social." Cf. MARX, K e ENGELS, F., A ideologia alemã (Feuerbach), Hucitec, 1989, p.14.

lhes dar uma vida mais rica liberando seu tempo, tornando possível uma diversificação de suas atividades e de seus centros de interesses. No lugar de uma vida inteira submissa às pressões e fadigas cotidianas de um trabalho empobrecedor, a automatização pode abrir a possibilidade de um trabalho que, por sua duração reduzida, é apenas uma das dimensões de uma vida enriquecedora e não necessariamente a principal." 7

A hipótese central que estrutura este estudo é a de que parece impossível que o homem possa transformar o seu tempo livre em momentos que propiciem uma autêntica individualidade na medida em que ele está inserido na sociedade capitalista, cuja lógica de valorização do capital privilegia o produtivismo e o consumismo desenfreados, em detrimento das efetivas necessidades humanas e sociais.

Essa lógica, entendida aqui como expressão da "racionalização econômica", altera totalmente os princípios do trabalho como necessidade vital para o ser humano e o transforma em uma atividade desprovida de sentido. O estranhamento, o fetichismo e a barbárie aparecem como resultado do capitalismo moderno e também como forma de mantê-lo, tornando necessário pensar e repensar não só o trabalho como também o que não é trabalho, do tempo livre ao desemprego.

Assim, a conquista efetiva do tempo livre

7. GORZ, A., Les Chemins du paradis, Galilée, 1983, p.193. (Grifo Meu)

potencialmente emancipador depende de uma profunda mudança nas estruturas econômica, política, social e cultural da sociedade moderna, de forma a ferir esta lógica do capital. Seria preciso ultrapassar o reducionismo economicista que direciona as práticas governamentais no mundo todo para que esferas muito mais amplas da vida humana fossem valorizadas. Autores como GORZ, SCHAFF, MANDEL, MÉSZÁROS fazem algumas propostas - que são apresentadas neste trabalho - para a construção de uma nova sociedade que comporte um tempo livre com mais sentido, embora nem todos eles defendam uma clara ruptura com o capitalismo para que isso seja realmente possível.

É necessário ter bem claro que se, como afirmou GORZ, *"a maioria dos empregos não é mais para os seus detentores uma fonte nem de realização nem de orgulho"*, o desemprego certamente também não o é. Então, qual é esta fonte de realização? Onde ela se encontra e quais os caminhos necessários para atingi-la? O que fazer para libertar o tempo livre das "amarras" do capital e transformá-lo realmente em possibilidade de libertação para o ser humano?

Perguntas desse tipo estão presentes em todo o corpo do trabalho, bem como indícios de respostas, o que não significa que haja uma conclusão final, fechada e definitiva. Na verdade, a intenção é mais a de levantar problemas do que resolvê-los. No entanto, algumas questões apontadas aqui podem, ao menos, incitar novas reflexões no campo da sociologia do trabalho no que diz respeito especialmente à questão do tempo livre.

1 - AS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS NO MUNDO DO TRABALHO

"A atual sociedade tecnológica tem como primeiro princípio a máxima de que algo deve ser feito porque é tecnicamente possível fazê-lo. (...) Assim, o desenvolvimento tecnológico passa a ser a base da ética."

Erich Fromm, A Revolução da Esperança

Se as transformações tecnológicas, advindas do avanço científico a nível mundial, estão provocando uma reestruturação da produção que engloba mudanças organizacionais e informacionais, parece necessário pensar nas conseqüências destas transformações. Elas não só alteram as máquinas e seus processos como também alteram as ações humanas no trabalho e fora dele. Isso pode ser percebido quando se faz uma trajetória do sistema fordista à produção flexível e quando o tempo liberado do trabalho se torna objeto de estudo.

* * *

Enquanto um sistema de produção que aperfeiçoa o taylorismo, o fordismo é marcado pela busca da elevação da produtividade através: do parcelamento das tarefas (separação entre a concepção e a execução), de um mecanismo de produção fundada no trabalhador coletivo e de uma intensificação do trabalho manual (com políticas salariais "compensatórias").

O fordismo se caracteriza ainda pela produção em massa através da linha de montagem, embora sua caracterização não se resume apenas às inovações tecnológicas. LIPIETZ ressalta os três pés sobre os quais se apóia o paradigma fordista: *"progresso técnico (concebido como progresso tecnológico incondicionalmente conduzido pelos trabalhadores intelectuais), progresso social (concebido como progresso do poder aquisitivo, extensão do reino da mercadoria) e progresso do Estado (concebido como fiador do interesse geral contra as invasões dos interesses individuais)."* Ele também lembra que o fordismo *"foi recebido pelo mundo inteiro no desfecho da guerra como o american way of life, um modelo produtivista fundado na busca da felicidade através do aumento das mercadorias consumidas por todos."*⁸

Freqüentemente, a idéia de fordismo pode estar associada a um modo de vida baseado no americanismo e à uma forma específica de gestão. Henry FORD - considerado o "pai" do fordismo - buscou um novo perfil para seus operários, chegando mesmo a intensificar o controle na vida cotidiana dos mesmos, com o objetivo principal de adaptar os costumes às necessidades do trabalho. A idéia de "modo de vida" e de "novo homem", gerados pelo fordismo, fica evidente nas seguintes colocações de GRAMSCI:

"(...) os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o

8. LIPIETZ, A., Audácia, uma alternativa para o século XXI, Nobel, 1991, p.37 e 32.

*proibicionismo estão indubitavelmente ligados (...) Quem risse destas iniciativas (...) estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem."*⁹

HARVEY também ressalta este aspecto ao afirmar que Ford vislumbrou não apenas que a "produção em massa" significava "consumo de massa" como também que era necessário reconhecer "uma nova política de gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista."¹⁰

O fordismo se expressou, então, como uma tentativa de tornar hegemônico o grupo dirigente norte-americano, combinando coerção com persuasão e consentimento. A racionalização da produção e do trabalho nas fábricas fordistas adveio de uma combinação da força - através da destruição do sindicalismo - com a persuasão - através de altos salários, benefícios sociais e propaganda ideológica.

Mas, os operários resistiram aos novos métodos impostos pelo fordismo, pois eles sentiram a intensificação de seu trabalho associada à perda de seu *savoir-faire* profissional. Como

9. GRAMSCI, A., "Americanismo e Fordismo", in Maquiavel, a política e o Estado Moderno, Civilização Brasileira, 1989, p. 396.

10. HARVEY, D., A condição pós-moderna, Loyola, 1993, p.121.

afirma HARVEY,

"O estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo." 11

O alto índice de absenteísmo, a grande margem de desperdício e o aumento de paralisações e sabotagens observados a partir da introdução dos novos métodos de produção, podem revelar algumas de suas contradições. Aliás, contradições que abrem espaço para o desenvolvimento de uma nova forma de produção e organização: o toyotismo.

Com o acirramento da competição incitada pelo desenvolvimento do capitalismo, as empresas buscam, cada vez mais, acumulação de capital. O Japão, na tentativa de concorrer com a potência americana, altera os métodos fordistas e cria o chamado toyotismo.

O toyotismo introduz novos métodos organizacionais e produtivos, desenvolvidos por Kiichiro Toyoda, da Toyota, no período

11. *Idem*, p. 123

pós-1945 no Japão. GOUNET¹² resume em seis itens o essencial do toyotismo:

1- A produção ocorre de acordo com a demanda, num sistema de reposição de produtos semelhante ao dos supermercados. A empresa só produz o que é vendido e toda a organização da produção é condicionada por este consumo.

2- Para economizar tempo e dinheiro, o trabalho na fábrica ocorre de acordo com 4 operações básicas: transporte, fabricação propriamente dita, estocagem e controle de qualidade. Dessas 4 operações, somente a fabricação adiciona valor ao produto, portanto, todas as outras devem ser limitadas ao máximo.

3- A parcelização das tarefas do fordismo é substituída pela flexibilidade na produção e na organização do trabalho. O trabalho passa a ser em equipe mediante um sistema automatizado e o trabalhador precisa ser polivalente para operar várias máquinas diferentes.

4- É introduzido o "kanban", uma espécie de placa sobre a qual é indicada a necessidade de uma peça.

5- Uma mesma linha de montagem deve servir à confecção de produtos diferenciados, cada um deles em pequena série.

6- A sub-contratação é um mecanismo que favorece o domínio de toda a rede de peças e produtos necessários.

É importante notar que GOUNET não está preocupado em diferenciar estes pontos de acordo com a importância de cada um deles. A sub-contratação e a introdução do "kanban", por exemplo, são inovações com pesos diferentes em relação à influência na vida

12. GOUNET, T., "Luttes concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile", in Etudes Marxistes, nº10, 1990, p.40.

operária. Sem dúvida, a sub-contratação é um mecanismo muito mais forte de quebra e desconcentração operária.

A partir destes pontos, pode-se dizer que a Toyota foi pioneira no emprego de sistemas flexíveis. Sua produção é baseada na variação da demanda e é justamente esta variação que entra em choque com a produção em massa típica do fordismo.

As opiniões sobre a crise do fordismo e a transição para novos métodos de produção centrados na flexibilidade são diversas, mas parece consenso que a rigidez do sistema de produção em massa, que supõe estabilidade do mercado, é um elemento importante que põe o fordismo em crise, embora nem todos concordem que esta seja a única ou a principal explicação.

HARVEY faz uma caracterização do que ele denomina "acumulação flexível", acentuando as diferenças em relação à rigidez do fordismo. Vale a pena citar uma longa passagem deste autor:

"A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de

*serviços' (...). A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural', rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical - uma das colunas políticas do regime fordista."*¹³

Alguns autores, como CLARKE, analisam a crise do fordismo em conjunto com a crise do *welfare state*. Este autor afirma:

*"As necessidades de bem-estar, saúde, educação e treinamento de uma força de trabalho diferenciada não podem mais ser satisfeitas por um welfare-state burocrático e padronizado, mas apenas por instituições diferenciadas, capazes de responder de maneira flexível às necessidades individuais."*¹⁴

Para CLARKE, o novo regime de acumulação flexível, denominado de "pós-fordismo", se configura como produto da crise do fordismo e também do *welfare state*. O principal argumento do "pós-fordismo" é de que somente ele é capaz de superar a "inflexibilidade" do fordismo. Nesse sentido, o "pós-fordismo" pode ser definido como um projeto político.

Segundo CLARKE, as instituições e políticas social-democráticas eram bem adaptadas para a regulação dos métodos fordistas de produção, mas é o neoliberalismo que se apropria da fase

13. HARVEY, D., *Op.Cit.*, pp. 140-141.

14. CLARKE, S., "Crise do fordismo ou crise da social-democracia?", in *Lua Nova*, nº 24, 1991, p.120.

de transição para o chamado "pós-fordismo". O neoliberalismo, no entanto, não é capaz de sustentar a construção de um novo paradigma de relações sociais necessário para a nova fase de desenvolvimento das forças produtivas. Então, para CLARKE, o *welfare state* poderá retomar seu lugar se conseguir colocar no centro de suas estratégias estas novas relações sociais.¹⁵

Não há dúvidas de que a introdução dos novos métodos organizacionais visou, entre outras coisas, a reestruturação das formas institucionais de representação operária com o objetivo de quebrar a resistência trabalhista. Muitas conquistas dos trabalhadores são diretamente atacadas pelas atuais formas de gestão, entre as quais se sobressai a "terceirização" ou "sub-contratação", que preconizam a descentralização produtiva. Assim, novos mercados, novos serviços e novas tecnologias baseados no princípio de flexibilização reformulam, necessariamente, o padrão dos processos de trabalho, de consumo e de organização dos trabalhadores. O trabalho organizado é o principal alvo e o desemprego estrutural é a principal consequência.

Então, para as empresas, os princípios da flexibilidade têm aparecido como solução para a crise, como aumento de produtividade e de rentabilidade, redução de gastos e de riscos a longo prazo. Para os trabalhadores, as alterações do mercado de trabalho provocam o que se chama "desemprego estrutural", destruição e alteração das suas habilidades, ganhos geralmente menores de salários reais e o retrocesso da participação sindical.

A reestruturação produtiva tem, então, provocado uma

15. Para maiores detalhes desta forma de interpretação da crise do fordismo, Cf. CLARKE, S., "News Utopias for old: Fordist dreams and Post-Fordist fantasies", in Capital and Class, nº42, Winter 1990.

redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, revelando um novo perfil do tempo e do mercado de trabalho. Além disso, o desenvolvimento das novas tecnologias gera um aumento do "exército industrial de reserva", de forma a tornar mais viável as estratégias de extração de mais-valia absoluta através da extensão da jornada de trabalho com redução de salário real.

Mas, embora o desenvolvimento tecnológico e organizacional "expulse" os trabalhadores das indústrias, é preciso que aqueles que se mantêm no trabalho, se adaptem e se submetam às novas exigências da acumulação flexível. Isso é conseguido, em grande medida, por estas transformações do mercado de trabalho, que tem se tornado um "mercado dual": um centro composto por uma pequena parcela de trabalhadores super-qualificados cercado por uma periferia composta por muitos trabalhadores desqualificados que ocupam empregos parciais, temporários ou sub-empregos.¹⁶ Alguns autores, no entanto, acreditam no aumento da qualificação dos trabalhadores como uma das conseqüências da reestruturação produtiva, o que vem, no meu entender, aproximá-los do discurso empresarial que busca justificar a necessidade de implantação dos novos métodos. Se existe qualificação, é preciso considerar que ela ocorre, cada vez mais, apenas para uma minoria de trabalhadores. Sendo assim, trata-se de uma qualificação bastante relativa.

Além disso, a reestruturação produtiva tem alterado as formas e condições de consumo. Enquanto a produção fordista visava um "consumo de massa", a produção flexível tem como característica o

16. Sobre o "mercado dual", Cf. HARVEY, D., A Condição Pós-Moderna, especialmente pp.143-146 e MANDEL, E., "Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano".

consumo voltado para um mercado mais segmentado e para a indução das necessidades; sua produção tem como prioridade o valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso. No entanto, isso não quer dizer nem que, na produção fordista, era prioritário o valor-de-uso, nem que o consumo de massa tipicamente fordista é pretérito.

De qualquer forma, parece difícil pensar nas transformações tecnológicas e organizacionais sem pensar o problema da transformação do próprio trabalho como centro, em torno do qual giram a economia e a sociedade. Se cada vez mais se desenvolve o que se chama de "Terceira Revolução Industrial"¹⁶ onde a máquina automatizada e as tecnologias sofisticadas se tornam indispensáveis, o que está acontecendo com o trabalhador? Qual é o custo humano da implantação de novas tecnologias? Se o tempo de trabalho está sendo visivelmente alterado, o que está acontecendo com o tempo livre? E mais, o trabalho está deixando de ser o centro da vida do homem?

As transformações que vêm ocorrendo incitam uma polêmica discussão em torno da centralidade do trabalho. A idéia de que o trabalho está acabando enquanto atividade central do ser humano, é defendida por uns e criticada por outros. As tendências em relação a este debate podem ser percebidas na continuidade deste estudo.

16. Muitas são as expressões usadas para designar o caráter "pós-industrial" das sociedades. Dentre eles, encontramos comumente, além de "Terceira Revolução Industrial": "sociedade superindustrial", "sociedade pós-socialista", "sociedade pós-capitalista", "era pós-civilizada", "sociedade de classes de serviço", "era tecnocrônica", "sociedade global", "sociedade tecnológica", "sociedade pós-moderna", dentre outras. De forma geral, o uso destas expressões pretende fazer referência a um dos estágios do desenvolvimento social e econômico das sociedades. (Os outros estágios poderiam ser "sociedade pré-industrial" ou "pré-capitalista" e "sociedade industrial" ou "capitalista".) O estágio em que se encontra o conhecimento científico e tecnológico parece ser um critério bem aceito pelos autores em geral para classificar uma sociedade quanto ao seu desenvolvimento. Cf. BELL, D., O advento da Sociedade Pós-Industrial, SP, Cultrix, 1973, (especialmente Capítulo 1).

1.1. O SIGNIFICADO DA CATEGORIA TRABALHO

A idéia elaborada por MARX de que o homem, ao modificar a natureza modifica-se a si próprio, pode ser a base para muitas discussões sobre a importância que o trabalho ocupa na vida do ser humano. Na sua concepção, a criação do homem só é possível através do trabalho; o homem só se realiza numa relação de transformação da natureza e de si mesmo. Isso fica evidente na seguinte passagem:

*"Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais."*¹⁸

A definição de trabalho elaborada por MARX considera

18. MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol. 1, Bertrand Brasil, 13ª edição, 1989, p. 202.

que não se trata de uma atividade instintiva animal. *"O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade."*¹⁹ Então, o pensamento (a consciência) e a vontade de realização são os elementos fundamentais que distinguem o trabalho humano do animal. Além disso, no processo de trabalho, o homem realiza uma transformação visando um determinado fim que é um produto, o trabalho concluído. Este produto é, antes de tudo, um valor-de-uso, *"um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou."*²⁰

A importância central do trabalho na vida do homem fica evidente na seguinte passagem de *O Capital*:

*" O processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais."*²¹

Portanto, para a satisfação das necessidades humanas, a atividade de apropriação da natureza é, na visão de MARX,

19. Idem, p.202.

20. Id. Ibid. p.205.

21. Id. Ibid. p. 208. (Grifo meu)

essencial para a vida humana em qualquer sistema social, ressaltando que sobre ela se faça distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto: **o trabalho concreto como aquele que cria valor-de-uso e o trabalho abstrato como aquele que cria valor-de-troca.** Ele afirma, ainda:

*"Todo trabalho é, de um lado, dispêndio da força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humana igual ou abstrato, cria valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso."*²²

Cada trabalho concreto, que produz valor-de-uso, se distingue de outros trabalhos concretos mas, os trabalhos abstratos se igualam quando criam valores-de-troca, pois o que importa agora não é o conteúdo do trabalho e sim a sua quantidade, ou seja, só se considera criador de valor o tempo de trabalho socialmente necessário. Eis o exemplo de MARX: *"Algodão e fuso são indispensáveis ao trabalho de fiar, mas não se pode com eles estriar canos na fabricação de canhões. Mas, agora, consideramos o trabalho do fiandeiro como criador de valor, fonte de valor, e sob esse aspecto não difere do trabalho do perfurador de canhões, nem se distingue dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos."*²³

22. MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol.1, Cap. 1, p.54.

23. *Idem*, p.213

A distinção entre essas dimensões do trabalho é importante na medida em que, na sociedade capitalista, o valor-de-uso perde espaço diante de uma supervalorização do valor-de-troca. É importante lembrar que o valor-de-uso da força de trabalho - que é uma mercadoria no processo de produção capitalista - está alienado ao seu comprador, o capitalista. Nesse sentido, o valor-de-uso da força de trabalho também se submete ao seu valor-de-troca, possibilitando ao capitalista a extração da mais-valia. Isso particulariza a sociedade capitalista:

"É evidente que numa formação social onde predomine não o valor-de-troca mas o valor-de-uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definido de necessidades, não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente." 24

Parece certo que quanto mais capitalista é a sociedade, mais o trabalho abstrato se sobrepõe ao trabalho concreto. Pode-se afirmar, então, que há uma identificação entre o trabalho abstrato e o estranhamento.²⁵ É o valor-de-troca das mercadorias que contém o

24. Id. Ibid. pp.265. Cf. esta discussão também na p.218.

25. ANTUNES, R., explica a diferenciação entre os termos "alienação" e "estranhamento" dizendo: "Utilizamos a expressão trabalho estranhado (*die entfremdete arbeit*) e estranhamento (*entfremdung*) e não alienação (*entauserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. (...) o desenvolvimento das forças produtivas acarreta necessariamente o desenvolvimento da capacidade humana mas - e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz necessariamente o desenvolvimento da personalidade humana, mas, ao contrário, pode desfigurá-la e aviltá-la." Cf. ANTUNES, R., *A rebeldia do trabalho*, Editora da Unicamp, 2ª edição, 1992, nota 14 da p. 180. Ver também: RANIERI, J.J., "Alienação e Estranhamento nos Manuscritos de 1844 de Karl Marx", dissertação de

caráter de fetichismo, e não o valor-de-uso; os produtores se relacionam entre si através da troca de suas mercadorias e não do uso delas. Como afirmou MARX, "*o caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso*". Então:

*"A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho."*²⁶

Ao fazer uma interessante análise das transformações atuais do trabalho, ANTUNES enfatiza a importância de se considerar as suas duas dimensões, quando se fala da "crise da sociedade do trabalho". Para ele, a crise do trabalho está ligada à crise do trabalho abstrato em particular, "*essa forma de ser do trabalho, sob o reino das mercadorias*" que é "*essencialmente nefasta para o ser*

...Continua...

Mestrado em Sociologia, I.F.C.E./ UNICAMP, Campinas, 1995.

26. MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol. 1, p.80. (Grifo meu) Fica claro que, para MARX, o fetichismo do mundo das mercadorias decorre do caráter social próprio do trabalho. Ele diz: "Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteadam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos." Sobre o fetichismo da mercadoria, Cf. especialmente MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol. 1, pp.79-83.

social que busca a omnilateralidade e que sob a forma do trabalho estranhado vivencia a unilateralidade."²⁷ Então, se, na sociedade capitalista, o valor-de-uso (gerado pelo trabalho concreto) é submetido ao valor-de-troca (gerado pelo trabalho abstrato), é o trabalho abstrato que dá fundamento ao estranhamento. Em suas palavras:

*"Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto condição necessária para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. (...) Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando (...)."*²⁸

Por isso ANTUNES concorda em parte com KURZ quando ele compreende a crise do mundo do trabalho como crise especialmente do trabalho abstrato, pois é este que assume um caráter estranhado sob as regras do capitalismo.²⁹

27. ANTUNES, R., Op.Cit., p.78

28. Id. Ibid., p.76-77

29. Para KURZ, o movimento operário socialista durante a experiência do Leste Europeu fracassou por ter feito um elogio ao trabalho abstrato sem se dar conta que estava repetindo o princípio capitalista. Assim, o que acabou não foi o socialismo mas, parte do sistema global produtor de mercadorias. Pode-se dizer, então, que o que fracassou não foi o socialismo em si mas sim a tentativa de instaurá-lo em alguns países. Cf. KURZ, R., O colapso da modernização, Paz e Terra, 1992.

Na análise das transformações do mundo do trabalho, parece fundamental abranger todas as dimensões do trabalho o qual, como lembra HELLER, pode ser compreendido como *work* ou como *labour*.³⁰ O trabalho como *work* é o trabalho concreto que cria valores úteis e *labour* é conhecido pela atividade cotidiana do trabalho tecida pelos princípios negativos do estranhamento. Segundo a autora :

"Se um produto não satisfaz nenhuma necessidade social ou é fabricado em um tempo de trabalho superior ao socialmente necessário, não se pode falar de work e sim de labour." ³¹

ARENDT faz uma diferenciação entre estes termos de uma forma um pouco diferente.³² A distinção entre estes termos é bastante clara quando recorre-se à outras línguas, conforme indica esta autora na seguinte passagem:

"Assim, a língua grega diferencia entre ponei e ergazesthai, o latim entre laborare e facere ou fabricari, que têm a mesma raiz etimológica; o francês, entre travailler e ouvrier, o alemão entre arbeiten e werken. Em todos estes casos, só os equivalentes de 'labor' têm conotação de dor e

30. Cf. HELLER,A., " De la cotidianidad a la generidad", in Sociologia de la vida cotidiana, Península, 1977.

31. HELLER,A., Op.Cit., p.120.

32. Na tradução para o português de à condição humana, labour corresponde a "labor" e work a "trabalho".

atribuição.(...) Também digno de nota é o fato de que os substantivos *work*, *oeuvre*, *werk* tendem cada vez mais a ser usados em relação a obras de arte nas três línguas."³³

O "labor" tem, na concepção de ARENDT, um caráter negativo vinculado ao trabalho escravo e ao conceito de *animal laborans*. O *homo faber* é o homem que fabrica e o processo de fabricação nada mais é que o "trabalho" (enquanto *work*). É típico de todo "labor" não deixar nada atrás de si tendo rapidamente consumido o resultado do seu esforço. Do ponto de vista puramente social, "o labor de alguns é bastante para a vida de todos". O "labor" pode ser vinculado ao trabalho produtivo ³⁴, aquele que cria os produtos para consumo.³⁵

Então, pode-se concluir que, na perspectiva marxiana, é a superação do trabalho abstrato, a vigência positiva do trabalho concreto e a redução da jornada de trabalho que possibilitariam a ampliação do tempo livre de forma a favorecer a emancipação humana. Mas, as modificações em curso no mundo do trabalho (a

33. ARENDT, H., A condição humana, nota 3, p.90 e nota 5, p.91.

34. MARX faz uma distinção entre "trabalho produtivo" e "trabalho improdutivo". Ele diz: "(...) não é produtivo aquele trabalho que produz objetos úteis, mas só aquele que produz diretamente mais-valia, pouco importando que se materialize em objetos humanamente e socialmente discutíveis ou nocivos, e são produtivos apenas os fornecedores de força de trabalho que servem para valorizar o capital (...)." E ainda: "(...) a condição para que continuem a ser considerados "produtivos" não é a de satisfazerem uma necessidade, nem a de trocarem uma prestação contra um rendimento, ainda que como puros assalariados, mas a de trocar "capital", isto é, precisamente, de servirem como engrenagens do processo de produção das mercadorias como processo de autovalorização deste último (...)." Assim, o objetivo do trabalho produtivo é antes a produção da mais-valia, transformando em supérfluo todo trabalho necessário que não cria valor. Cf. MARX, K., Capítulo VI - Inédito de O Capital, Ed. Moraes, s.d.

35. MAGALHÃES faz uma crítica à compreensão de "trabalho" e "labor" expressa no livro de ARENDT, contrapondo a leitura de Marx feita por ARENDT às próprias passagens de Marx. cf. MAGALHÃES, T.C., "A categoria de trabalho (labor) em H.Arendt", pp.131-168, in Ensaio, nº14, Editora Ensaio, 1985.

heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora, o aumento do desemprego e a crescente implantação de novas tecnologias e novos modelos organizacionais) estão possibilitando a superação do trabalho abstrato ou estão preservando a sua existência ?

Está claro que o trabalho, na sua dimensão concreta, não pode ser eliminado, qualquer que seja a forma da sociedade, porque é ele quem possibilita a relação do homem com a natureza e com outros animais e a produção de valores-de-uso necessários à vida humana. Então, uma sociedade emancipada não pode ser uma sociedade sem trabalho concreto. A transição para esta sociedade, como lembra ANTUNES, deve ser fundada no trabalho concreto. Sobre isso, ele nos diz:

*"(...) a recusa radical do trabalho abstrato não deve levar à recusa da possibilidade de conceber o trabalho concreto como dimensão primária, originária, ponto de partida para a realização das necessidades humanas e sociais."*³⁶

ANTUNES continua seu raciocínio levantando uma crítica: *"É a não aceitação desta tese que leva tantos autores, Gorz à frente, a imaginarem um trabalho sempre heterônomo, restando praticamente a luta pelo tempo liberado."* O maior problema desta concepção é que não há uma clara ruptura com a lógica do capital, onde prevalece o interesse pelo trabalho abstrato, e alimenta-se uma

36. ANTUNES, R., Op.Cit. p.80.

expectativa relativamente romântica³⁷ na qual se poderia conviver com um trabalho aviltado e um tempo de não-trabalho liberado.

Durante todo o processo de desenvolvimento da humanidade, a atividade produtiva se transformou, traçando diferentes perfis para aqueles que vivem do trabalho. Mas foi a sociedade contemporânea que mudou a forma de produzir mercadorias, modificando também as maneiras de o homem se relacionar com a natureza. A força de trabalho foi proletarizada³⁸ e se tornou o motor da racionalidade que rege toda a produção industrial.

Nas sociedades capitalistas, o trabalho se desvinculou das referências privadas e dos valores-de-uso relativos à satisfação das necessidades reais e ganhou uma dimensão determinante (na negatividade) na vida dos homens. A vida no trabalho passou a reger a vida fora do trabalho e, como afirma HELLER, "*a estrutura do processo de trabalho é, em última instância, o modelo de toda atividade humana.*"³⁹

Atualmente, é bastante polêmica a questão da centralidade do trabalho, ou seja, a idéia de que o trabalho continua sendo, apesar de todas as transformações que sofre, o centro em torno

37. A utilização do adjetivo "romântico" para definir a démarche de muitas teorias preocupadas com a racionalidade contemporânea do mundo do trabalho, se deve, sim, ao fato de que pressupõem a crítica de algumas transformações que ocorrem na civilização capitalista. Mas, principalmente, porque essa crítica não se fundamenta nem requer a emancipação do trabalho pela radical transformação de sua própria natureza. Essa crítica é circunscrita nos limites do capitalismo. A negação da plena superação da relação capital x trabalho e, conseqüentemente, das possibilidades efetivas de emancipação humana, no limite, imprime a essas teorias um caráter reformador.

38. Entendo por proletarizada a força de trabalho que foi desprovida da posse dos meios de produção. A proletarização foi o processo de perda do domínio dos meios de produção sofrido por alguns grupos sociais a partir da chamada Revolução Industrial. Nos Manuscritos de 1844, Marx considera "proletário" o homem que "existindo sem capital e renda, vive puramente do trabalho, e de um trabalho-abstrato unilateral."

39. HELLER, A., Op.cit. p.120

do qual gira a vida humana.

A perspectiva marxiana da centralidade do trabalho tem interpretações bastante diferenciadas. GORZ, por exemplo, afirma que MARX "empregava a noção de 'trabalho' de maneira indiferenciada, colocando num mesmo plano o trabalho do operário da indústria e o do compositor de música ou do cientista." E ele continua, afirmando que os ideólogos marxistas atuais vão mais longe nessa indiferenciação para demonstrar que o trabalho continuará sendo o centro de nossas vidas: "as atividades do técnico, do policial, (...)do padre, da prostituta etc, tudo isso é trabalho, tudo isso tem sua utilidade social e merece ser remunerado de uma maneira ou de outra."⁴⁰

Depois de uma explanação sobre as atividades mercantis (que compreendem o trabalho no seu sentido econômico, o trabalho do "servidor", trabalho de cuidados e supervisão, a prostituição e a maternidade(sic)), GORZ aborda as atividades não-mercantis (que compreendem o que ele denomina de "trabalho para si" e o trabalho autônomo). O que o autor quer demonstrar é que todas as atividades - mercantis ou não-mercantis - não são "trabalho" no mesmo sentido do termo e não podem responder aos mesmos critérios de racionalidade; em outras palavras, "a operária não trabalha no mesmo sentido que a empregada doméstica" e vice-versa.

"Não pode haver sociedade nem vida sem "trabalho" mas todas as sociedades e todas as vidas não são vidas e sociedades de trabalho. O trabalho e a sociedade de trabalho não estão em crise porque não há

40. GORZ, A., Métamorphoses du travail, Galilée, 1988, p.168.

suficientemente o que fazer mas porque o trabalho em um sentido muito preciso se tornou raro(...)."⁴¹

Para GORZ, a "utopia do trabalho" e sua ética do rendimento, do esforço e do profissionalismo não faz sentido quando *"o trabalho não é mais a principal força produtiva e, por conseqüência, não há mais suficientemente empregos permanentes para todo mundo."* Assim, a ideologia do trabalho, que visa valorizar e encorajar o esforço de forma a persuadir os trabalhadores de que quanto mais eles trabalharem, mais eles estarão servindo os interesses da coletividade bem como os seus próprios interesses, não poderia continuar em função do excedente estrutural de força-de-trabalho. *"(...)A sociedade de trabalho está caduca: o trabalho não pode mais servir de fundamento para a integração social."*⁴²

GORZ define o trabalho, no sentido econômico moderno, como uma atividade que visa a troca e que se torna necessariamente o objeto de um cálculo; mas não basta que uma atividade vise a troca por uma remuneração para que ela seja trabalho no sentido econômico. Então, *"o trabalhador trabalha 'para ganhar sua vida', quer dizer, para obter em troca de um trabalho, cujos resultados não são de utilidade direta para ele, a possibilidade de comprar tudo o que precisa e que não é produzido por ele."*⁴³

Este objetivo principal do trabalho não elimina, no

41. Idem, p.190.

42. Id. Ibid., p.93.

43. Id. Ibid., p.171.

entanto, a possibilidade de o trabalhador sentir interesse ou prazer no trabalho. Mas, salienta GORZ, por mais interessante que seja o trabalho no sentido econômico, ele não pode ser colocado num mesmo plano que a atividade de um pintor, escritor ou de um missionário. Isso porque o trabalho, no sentido econômico, pode ser medido quantitativamente de forma a possibilitar uma melhora de rendimento e uma economia de tempo.

Para GORZ, com a diminuição do tempo de trabalho em favor do aumento do tempo livre, "*o trabalho tende a se tornar acessório e as atividades autônomas tornam-se preponderantes*", o que sugere um deslocamento da centralidade do trabalho para atividades diferenciadas. Ele defende a necessidade de uma revolução de costumes nas sociedades atuais, que compreenda uma valorização dos trabalhos domésticos e a abolição da divisão sexual das tarefas.⁴⁴

Será que uma "revolução de costumes" é suficiente para que a valorização dos trabalhos autônomos aconteça? Parece que, para GORZ, é necessário simplesmente mudar a forma de realizar as tarefas na nossa sociedade para que a autonomia ultrapasse a heteronomia do trabalho, o que não parece sensato. Aliás, o desenvolvimento do capitalismo tem exigido exatamente isso, uma "revolução de costumes", de forma que os indivíduos estejam constantemente tendo que adaptar-se às "novidades", a novos modos de vida. No entanto, essas transformações requeridas pelo capital para os indivíduos, não os libertam de suas amarras, muito pelo contrário.

Então, mais uma vez, não basta haver uma mudança radical nos costumes de forma a dar uma nova configuração ao trabalho

44. GORZ, A., Adeus ao proletariado - Para além do socialismo, Forense Universitária, 1987, p. 15

para que as atividades autônomas se tornem preponderantes na sociedade regida pela razão econômica tipicamente capitalista. A autonomia destas atividades será bastante relativa se depender apenas da mudança de "costumes"...

Uma das teses do autor (em *Adeus ao Proletariado*) é que o processo de abolição do trabalho, favorecido pela automatização, deve ser dirigido pelos trabalhadores insatisfeitos, denominados por GORZ de "*não-classe de não-trabalhadores*". A esse respeito, ele diz:

"A abolição do trabalho é um objetivo atual para aqueles que, não importa o que tenham aprendido a fazer, acham que seu trabalho jamais poderá constituir para eles uma fonte de realização pessoal nem o conteúdo principal de suas vidas - pelo menos enquanto 'trabalho' for sinônimo de horários fixos, de tarefas predeterminadas e de limitação das competências, de assiduidade durante meses e anos, de impossibilidade de ter ao mesmo tempo várias atividades etc. (...) A essa camada que vive o trabalho como uma obrigação exterior pela qual 'perde-se a vida ganhando-a', eu chamo de 'não-classe de não-trabalhadores': seu objetivo não é a apropriação, mas a abolição do trabalho e do trabalhador. E é por isso que ela é portadora do futuro: a abolição do trabalho não tem outro sujeito social passível que não essa 'não-classe' ".⁴⁵

45. Ibid. p.16

Na concepção de GORZ, a "não-classe dos não-trabalhadores", tem consciência de seu papel de *"salvarem-se eles mesmos e de definirem uma sociedade compatível com sua existência autônoma e seus objetivos."*⁴⁶

Atualmente, depois de ter reformulado algumas das idéias expressas em *Adeus ao Proletariado*, GORZ acredita ser inútil e irreal os sindicatos e os socialistas empenharem-se numa *"agenda de emprego vitalício em período integral para todos com a finalidade de manter a perspectiva de resgatar para o trabalho pago sua importância fundamental na vida das pessoas."*⁴⁷ Isso porque, com as transformações em curso, é inevitável que a questão mude seu foco de "pleno emprego" para "plena atividade". Para ele, é muito claro que o trabalho pago não é mais o centro da vida humana, não é mais a fonte da identificação do homem, o que obriga as pessoas a buscarem suas identidades em atividades e relações sociais fora do trabalho.

Então, para este autor, é preciso começar a vislumbrar estas "atividades superiores", realizáveis no tempo livre aumentado pela implantação de tecnologia, e transformar estas atividades em "fins-em-si-mesmas". Mas, como realizar esta transformação ?

Como, na opinião do autor, nenhum sistema pode crescer indefinidamente, o industrialismo e as inovações crescentes no mundo do trabalho geram uma crise com dimensões mundiais. Essa crise, diz GORZ, exige, tanto da esquerda como da direita, uma

46. Id. Ibid p. 20

47. GORZ, A., "O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos", in O socialismo do futuro, nº6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, 1993, p.29.

ruptura com os hábitos atuais de pensar. Então, a preocupação dos homens, em plena era da automatização, deve ser a de imaginar, antecipar e iniciar as transformações possíveis para acabar com a crise.⁴⁸

Assim, as pessoas liberadas pelo trabalho deveriam encontrar atividades nas quais poderiam fazer valer sua soberania individual. Isso implicaria, como já foi dito, uma mudança radical na cultura humana, uma **inversão** dos valores instaurados pelo capitalismo. Vale reparar que GORZ não sugere a necessidade de uma **supressão** dos valores capitalistas, uma vez que:

"A esfera de soberania individual não é fundada sobre simples desejos de consumo nem apenas sobre atividades de divertimento e de recreação. É constituída, mais profundamente, por atividades sem fim econômico, com finalidade em si mesmas: a comunicação, a dádiva, a criação e o prazer estéticos, a produção e a reprodução da vida, a ternura, a realização das capacidades corporais, sensoriais e intelectuais, a criação de valores de uso (objetos ou serviços mútuos) sem valor mercantil e cuja produção mercantil seria impossível por não ter rentabilidade - em resumo, um conjunto de atividades que, constituindo o próprio estofo da vida, têm, na vida, o direito de ter um lugar não subordinado mas primordial."⁴⁹

48. GORZ chama a atenção, em Les Chemins du Paradis, p.27, para o fato de que "a crise presente não é uma interrupção passageira do crescimento passado, mas sua consequência."

49. GORZ, A., Adeus ao proletariado - Para além do socialismo, p.100

Nesse sentido, GORZ lembra as idéias de MARX, que "previa" o fim do trabalho abstrato com o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A redução do tempo de trabalho social necessário possibilitaria a liberação do tempo para a formação artística e científica dos indivíduos.

OFFE, por sua vez, é um autor que rebate a idéia de que a centralidade do trabalho se mantém nas sociedades capitalistas atuais. Ele diz que:

*"(...) a descontinuidade da biografia do trabalho e a redução do tempo de trabalho no tempo de vida tendem a tornar o trabalho um assunto "entre outros", relativizando sua função enquanto ponto de referência para a construção da identidade pessoal e social"*⁵⁰

Sendo assim, o desemprego, por exemplo, tende a se tornar algo não tão difícil de ser enfrentado pela população, a qual se torna, por sua vez, cada vez mais independente do trabalho. Este autor argumenta que o desemprego não é mais causado por fracassos individuais como o foi por muito tempo - fato que interfere para a diminuição de ansiedades e frustrações nos trabalhadores. Isso é justificado como se o desemprego causado pelo sistema não pudesse gerar nenhum sentimento negativo no indivíduo pelo simples fato de que a situação não foi provocada por ele mesmo.

Ainda, segundo OFFE, o descumprimento individual da

50. OFFE, C., "Trabalho como categoria fundamental?", in Trabalho e Sociedade, Vol.1: A crise, Tempo brasileiro, 1989, p.28

obrigatoriedade do trabalho não é reprimido - sobretudo sob o *welfare state* - da mesma forma que os esforços individuais não valem mais a pena.

OFFE chega a negar a influência do trabalho na estrutura e na organização das sociedades, questionando a subordinação de todas as esferas da vida - política, cultural, moral - ao processo de produção material e de valorização. Dentre outros argumentos que utiliza para relativizar a importância do trabalho como "objeto" central no estudo das sociedades, o autor afirma que existem variáveis tão ou mais importantes que a profissional para serem tomadas como categorias sociológicas. O sexo, a idade, as condições de saúde e a situação étnica seriam algumas delas.

Por enquanto, parece complicado atribuir à idade ou ao sexo de um indivíduo maior importância do que a posição que ele ocupa na produção de uma sociedade, enquanto trabalhador, mesmo que ele esteja sofrendo transformações importantes. Afinal, o que caracteriza especialmente o sistema econômico e social de uma sociedade não é a forma como se desenvolve o trabalho e como os indivíduos se relacionam dentro e fora dele ?

OFFE encontra, num indefinido "consenso", um argumento para mostrar que nem tudo que é social - e que pode ser tomado como categoria sociológica para investigação - está necessariamente ligado à produção, dizendo:

"No entanto, parece existir um amplo consenso quanto ao fato de que em muitas sociedades ocidentais predominam conflitos políticos cujos temas (paz e desarmamento, proteção das condições naturais da vida, definição e institucionalização dos papéis entre os sexos, direitos humanos e de cidadania) não podem ser

*interpretados (a não ser através de tergiversações mentais cada vez menos plausíveis) como derivados de conflitos originados da esfera da produção, e que tenham por objeto o controle dos respectivos processos produtivos ou a distribuição dos seus resultados."*⁵¹

Outro argumento utilizado por OFFE é que existe uma forte diferenciação entre o trabalho realizado na esfera da produção e o trabalho do setor terciário. Além disso, o trabalho não é mais sustentado hoje como referência de obrigação moral e a posse do seu produto (as mercadorias) não é mais o maior estímulo para que se releve a centralidade do trabalho na vida do homem. Para este autor, a descontinuidade entre formação e exercício profissional aliada à tendência secular de redução do tempo de trabalho no tempo de vida *"tornam improvável que o trabalho, o desempenho e a ocupação exerçam um papel central enquanto referência normativa de vida e de integração da personalidade (...)"*⁵²

O chamado "desemprego estrutural" não seria realmente motivo de frustração para os indivíduos se o sistema no qual ele ocorre possibilitasse algum tipo de atividade que pudesse ser realizada nesse tempo compulsoriamente liberado. Isso não tem ocorrido, o que parece invalidar esta "tese" de OFFE.

HABERMAS compartilha com OFFE do fim da centralidade do trabalho nas sociedades atuais e diz que o trabalho abstrato não é

51. Idem, p.35.

52. Id. Ibid., p.29.

mais estruturante. Analisando o pensamento utópico que, nos tempos atuais, se encontra vinculado ao pensamento histórico, este autor acredita no fim da sociedade do trabalho. Nas suas palavras:

*"Nem a estrutura do espírito da época, nem o modo de debater as futuras possibilidades de vida se modificaram; nem as energias utópicas em geral retiraram-se da consciência da história. Antes pelo contrário, chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho."*⁵³

Este autor argumenta que o esgotamento das energias da utopia de uma sociedade do trabalho deu-se concomitantemente ao desenvolvimento do *welfare state*. Isso porque não se sustenta o seu projeto de criação de emprego por tempo integral para todos e a instituição de uma renda mínima garantida não acabaria com a *"maldição que paira sobre a biografia de todos os trabalhadores"*.⁵⁴

Questionando as idéias marxianas de "desenvolvimento dos indivíduos totalizados" através da apropriação das forças produtivas pelos trabalhadores, HABERMAS afirma que a utopia de uma sociedade do trabalho:

"(...) orientara-se pelo contraste do trabalho vivo e do trabalho morto, pela idéia de auto-atividade. Para

53. HABERMAS, J., "A Nova Intransparência...", in Novos Estudos CEBRAP, nº18, 1987, p.105.

54. *Idem*, p.112.

*isso (...) ela precisou pressupor que relações de cooperação no interior da fábrica até mesmo reforçariam a naturalmente estabelecida solidariedade da subcultura dos trabalhadores. Mas essas relações de cooperação têm se desagregado tanto quanto possível nesse meio tempo; e é de certa maneira duvidoso que sua capacidade de instituir solidariedade no emprego possa ser restaurada."*⁵⁵

Diferentemente de OFFE e HABERMAS, SCHAFF se preocupa com a possibilidade de que o homem perca a centralidade do trabalho na medida em que sua força for sendo substituída pelas novas tecnologias. Ele acredita que o trabalho é a motivação fundamental para o ser humano agir em sociedade e a sua perda seria bastante significativa. O trabalho é uma das atividades que representa para os indivíduos o "sentido da vida" e se configura como uma necessidade humana. Segundo este autor, o atual estágio do desenvolvimento tecnológico ameaça este "sentido da vida", colocando em perigo a saúde psíquica dos indivíduos.

Ao mesmo tempo em que, pelo advento da automação, o homem se libera da necessidade de "ganhar o pão com o suor do próprio rosto", com a perda do trabalho, perde-se o sentido fundamental da vida. Na medida em que este sentido não é substituído por outro, uma grave "patologia" ameaça principalmente os jovens. A respeito dos jovens desempregados, SCHAFF afirma:

55.Id.Ibid., p.114.

"Para eles o trabalho significa hoje o símbolo de sua autonomia, de sua integração social e o caminho para sua ascensão social. Quando este atrativo falha, desaparece também o estímulo para aprender e a vida se vê envolvida por um "vazio existencial" caracterizado pelo tédio, que se expressa também na falta de interesse pelo que acontece na vida pública." 56

Entretanto, SCHAFF reconhece que, a despeito do desaparecimento da maioria dos empregos, algumas formas de trabalho permanecerão. Entre elas, conta-se com as profissões do setor de serviços, os trabalhos criativos, já que a ciência se converterá no mais importante meio de produção e as profissões ligadas à organização da vida social. Indicando o caráter profundo da atual revolução industrial, o autor afirma:

*"A ciência tornar-se-á a força produtiva primária e a produção terá necessidade, além dos autômatos, de técnicos e de engenheiros. O desaparecimento do trabalho manual na produção acarretará a eliminação de toda diferença entre trabalho manual e intelectual. Este fenômeno implicará também o desaparecimento da classe operária, gerando assim diversos problemas e preocupações para os partidos e movimentos políticos que ainda hoje querem conservar de modo doutrinário sua posição de partidos da classe operária."*57

56. SCHAFF, A., A sociedade informática, Brasiliense/Editora UNESP, 1992, p.117.

57. *Idem*, p.126 (Grifo Meu) Na visão de muitos marxistas, principalmente LUKÁCS, é uma "fatalismo fetichizado" transformar a técnica em força produtiva. Ele diz: "(...) a técnica foi sempre e apenas um meio de desenvolvimento das forças produtivas, que as forças produtivas em última análise são sempre os homens e as suas capacidades (...)." Cf. Conversando com Lukács, p.57

SCHAFF salienta ainda o crescimento de serviços na área específica do lazer, do divertimento e do esporte, na medida em que é inevitável o aumento do tempo livre para a grande maioria das pessoas. Para evitar a perda do sentido da vida humana com a diminuição do emprego, o autor sugere a necessidade de oferecer aos homens ocupações que possam substituir o trabalho no sentido tradicional, acompanhando uma forma diferente de remuneração dos indivíduos. *"Trata-se de uma inovação essencial, sem a qual não será possível resolver o problema do desemprego estrutural."*⁵⁸

SCHAFF é bastante otimista quanto às vantagens da automação na produção e nos serviços. Embora reconheça que ela conduz ao enriquecimento e à melhor distribuição das riquezas entre as sociedades, este autor alerta que, nos próximos 20 anos, o sentido tradicional do trabalho e do proletariado desaparecerá. É numa nova forma de administrar o capitalismo que SCHAFF vê a possibilidade de uma harmonia social e aí está o seu limite maior.

Fazendo assumidamente um exercício de "futurologia sócio-política" e esforçando-se para combater o medo natural das pessoas em relação ao futuro das sociedades, SCHAFF afirma categoricamente que apenas o trabalho penoso será substituído pelos robôs. Os trabalhos criativos caberão aos homens. Mas, qual trabalho criativo? Nas artes, nas ciências? O autor diz que não só, mas também serão criativos o planejador econômico, o professor, os assistentes sociais, os engenheiros e construtores.

ANTUNES⁵⁹ retoma a idéia de que, por mais que as

58. Id. p. 122

59. Op.cit p.75.

transformações em curso no mundo do trabalho estejam reduzindo a participação do trabalho material no universo fabril (não há dúvidas quanto à forte tendência de redução do proletariado industrial), as tendências atuais *"não permitem concluir pela perda da centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias."* Existe uma redução, mas não uma eliminação do *"papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca"*. Assim, a classe-que-vive-do-trabalho se transforma, mas não se extingue.

*"Mesmo num processo produtivo, tecnologicamente avançado (onde se pudesse presenciar o predomínio de atividades mais intelectualizadas, mais qualificadas), ainda assim a criação de valores de troca seria resultado desta articulação entre os trabalhos vivo e morto.(...) A redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor."*⁶⁰

O que parece diferenciar estes autores quanto à questão da centralidade do trabalho é que, para OFFE e HABERMAS, o trabalho perde definitivamente sua centralidade com a diminuição radical do emprego, enquanto que para SCHAFF e GORZ, ocorre um deslocamento da centralidade na medida em que o trabalho pago deve dar lugar a outros tipos de atividades. ANTUNES, por sua vez, não acredita na perda da centralidade do trabalho porque este continua desempenhando um papel decisivo na criação de valores de troca.

60. *Idem*, pp.75-76. ANTUNES exemplifica: "Os produtos criados pela Toyota, Benetton ou Volvo, por exemplo, não são outra coisa senão mercadorias que resultam da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante."

No meu entender, parece precipitado afirmar pelo fim do trabalho como categoria central, o que não quer dizer que não seja indispensável e urgente haver reflexões sobre as conseqüências das transformações atuais para o mundo do trabalho. A remodelação ou heterogeneização da classe trabalhadora não permite afirmar que o trabalho acabou; na verdade, muitas categorias profissionais ainda estão sendo proletarizadas, como lembra BERNARDO:

"É precisamente quando se proletariza um número crescente de profissões que os ideólogos da 'sociedade pós-moderna' consideram ultrapassada a classe trabalhadora!"⁶¹

Vale ressaltar que, de forma geral, os "críticos de Marx" se equivocam por acreditarem na emancipação humana através das novas tecnologias e do fim do trabalho sem se darem conta que o que impede esta emancipação é o fato de serem frutos do capitalismo. Não se trata, portanto, de administrá-lo melhor.

É certo que qualquer discussão em torno das mudanças no mundo do trabalho deve levar em conta que o ser humano está tendo, cada vez mais, o seu tempo de trabalho reduzido fazendo com que o seu tempo livre se amplie. Então, a tentativa de buscar alternativas para o desemprego, tanto por parte dos trabalhadores como por parte dos capitalistas, deve necessariamente passar pela discussão do tempo livre. É o que veremos a seguir.

61. BERNARDO, J., "Depois do marxismo, o dilúvio?", in Educação e Sociedade, nº43, 1992, p.404.

2 - TRABALHO, LAZER E TEMPO LIVRE

"Na minha opinião, é uma vergonha que haja tanto trabalho no mundo. Uma das coisas mais tristes é que a única coisa que o homem pode fazer oito horas por dia, dia após dia, é trabalhar..."

W. Faulkner

É comum associar hoje o tempo livre ou ao desemprego ou ao lazer. Torna-se, então, cada vez mais importante, compreender o que tudo isso significa e como podemos conceber o tempo livre. Normalmente, os autores que abordam essa problemática acabam utilizando termos distintos com a intenção de dizer a mesma coisa, como por exemplo, utilizam *tempo livre*, *tempo liberado*, *tempo disponível* e *lazer*, como se todos estes termos tivessem o mesmo significado. Alguns estudiosos, sobretudo da sociologia do lazer, procuram fazer distinções teóricas dos termos para facilitar uma utilização mais precisa, embora seja inegável que estes conceitos se mesclam de alguma forma.

Já que temos como objeto a discussão do "tempo livre", faz-se necessário uma explanação das possíveis abordagens sobre o tempo enquanto uma das categorias fundamentais para o estudo das sociedades (a outra categoria seria o tempo).

2.1. O ESTUDO DA CATEGORIA "TEMPO" COMO REQUISITO PARA A COMPREENSÃO DO "TEMPO LIVRE"

"... Tempo, tempo, tempo, tempo,
Vou te fazer um pedido,
Compositor de destinos,
Tambor de todos os ritmos,
... Peço-te prazer legítimo
e o movimento preciso
de modo que o meu espírito
ganhe um brilho definido...
O que usaremos pra isso
fica guardado em sigilo..."

Caetano Veloso - Oração ao Tempo

O estudo do "tempo" é muito interessante e enriquecedor para a compreensão das sociedades, mas como não é o tema central deste trabalho, não será aprofundado. Sendo assim, serão retidos os aspectos considerados como mais relevantes para a análise do "tempo livre", tal como é compreendido aqui.

É consenso, ao menos nas ciências sociais, que vida e tempo se misturam, se formam, se influenciam e até se determinam. A vida é, inegavelmente, marcada pela divisão do tempo em minutos, horas, dias, semanas, meses, anos, e neles: infância, juventude, maturidade, velhice. Estas fases se caracterizam ainda por atividades correspondentes, tais como: crianças brincam, adolescentes e jovens estudam, adultos trabalham, velhos se aposentam e descansam.⁶² As maneiras de medir o

62. Sobre esse assunto, vale conferir NERI, A.L., "Envelhecer num país de jovens: significado de velho e velhice segundo brasileiros não idosos", Tese de Livre Docência, F. Educação, Unicamp, 1988. Especialmente Capítulo 1: Velhice e temporalidade: anotações sobre as dimensões da experiência humana de tempo.

tempo também são diversas e evoluem ou se transformam com o desenvolvimento da humanidade, passando da ampulheta, pelo relógio de sol ao relógio digital, ao despertador e ao calendário atuais.⁶³

No entanto, a vida não se relaciona apenas com o tempo mas também com o espaço. As mudanças no tempo alteram a organização do espaço e vice-versa. DUPUY⁶⁴ diz que a produção capitalista divide não só o tempo como também o espaço. Na sua opinião, a divisão fundamental tempo de trabalho/tempo livre está inscrita no espaço, na medida em que o território de cada um não é mais um espaço conexo. É preciso se deslocar no espaço para sair do tempo de trabalho e entrar no de lazer, por exemplo.

Faz-se necessário lembrar que a relação entre vida/tempo/espaço, a elaboração das fases do tempo, o deslocamento dos tempos no espaço, tudo isso é relativo à cultura na qual se está inserido.

Como afirma SUE⁶⁵: a organização do tempo é um vetor de uma ordem social. E ATTALI⁶⁶ complementa: é em torno do tempo que nosso mundo se modela, é o tempo que decide o curso de nossas vidas e é na possibilidade de liberá-lo que se decide a vida de nossas sociedades. Então, qual o significado do tempo livre para a composição da sociedade atual? Qual a dimensão do tempo de trabalho nessa composição?

Para SUE, a sociedade se organiza em "tempos sociais",

63. Um longo e rico estudo dos instrumentos utilizados para medir o tempo é feito por J. ATTALI em seu livro Histoires du Temps, Librairie Arthème Fayard, 1982.

64. DUPUY, J.P., "Le culte des heures fertiles", in Projet, nº97, 1975, p.768.

65. SUE, R., "De la sociologie du loisir à la sociologie des temps sociaux", in Sociétés, nº 32, 1991, p.176.

66. ATTALI, J., Op.Cit.

ou seja, em categorias de tempo para coordenar e ritmar as principais atividades sociais que têm uma importância particular na sociedade: tempo de trabalho, tempo livre, tempo familiar, tempo de educação etc. *"A articulação destes diferentes tempos é a condição necessária à toda vida coletiva, ela constitui a trama da vida social."* ⁶⁷ Nesta linha de raciocínio, a história do tempo é a história do conflito entre tempos sociais para tornarem-se tempo dominante de forma a impor uma nova ordem social. Mas, como identificar se um tempo é ou não dominante numa sociedade?

SUE propõe alguns critérios para avaliação de um tempo dominante: 1º) critério quantitativo, ou seja, o número de anos-vida ocupado por um tempo social, como o tempo de trabalho, por exemplo; 2º) critério subjetivo, ou seja, uma avaliação qualitativa do tempo social; 3º) um tempo social dominante define e é definido por um modo particular de construção e de representação da realidade social; 4º) existe uma correspondência entre um tempo social dominante e o modo de produção dominante de uma sociedade.

Mas SUE não deixa de considerar que os tempos mudam fazendo com que um tempo deixe de ser dominante e dê lugar a outro tempo; é o que o autor denomina "lei de sucessão dos tempos dominantes". Em função deste raciocínio, SUE acredita que as transformações atuais dos tempos dominantes em nossa sociedade estão fazendo com que o tempo de trabalho não seja mais dominante (como o é nas sociedades industriais) e deixe seu lugar para o tempo livre (dominante numa sociedade "pós-industrial"). Em suas palavras:

67. Id. p.176

*"Segundo nossa lei de sucessão dos tempos sociais, o tempo livre foi antes um tempo dependente (sobretudo do trabalho) e depois se tornou autônomo progressivamente; ele se tornou enfim o tempo maior (nos dois sentidos da palavra), o tempo dominante ao qual, hoje, todos os outros tempos são mais ou menos dependentes."*⁶⁸

Percebe-se a partir dessa afirmação que, para este autor, o tempo livre de hoje pode ser considerado como verdadeiramente autônomo, o que vem divergir radicalmente da hipótese central deste estudo. SUE aventava que os tempos mudam, alterando a sua importância na sociedade, o que não é uma inverdade, mas ele não indica as razões desta mudança. O apontamento dessas razões me parece fundamental na medida em que se afirma que são as transformações atuais dos tempos que estão minimizando a importância do tempo de trabalho. Não seria necessário relevar as causas destas transformações para justificar sua tese ?

Um autor importante cujo estudo sobre o tempo e a disciplina do trabalho não pode deixar de ser considerado aqui é THOMPSON⁶⁹. Ele pergunta: se a transição para a sociedade industrial moderna supõe uma severa reestruturação dos hábitos de trabalho, até que ponto tudo isso tem relação com as mudanças na representação interna do tempo? Dessa forma, o autor entende que existe uma profunda relação entre as diferentes situações de trabalho e as diferentes noções de tempo.

68. Id. Ibid. p. 180. (Grifo meu)

69. Cf. THOMPSON, E., "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", in Tradicion, Revuelta y consciencia de clase, Editorial Crítica, 1979.

Isso quer dizer que, segundo uma perspectiva materialista, as concepções do tempo são criadas através de processos materiais de produção na sociedade. Então, como as práticas materiais de produção mudam historicamente (no tempo) e geograficamente (no espaço), a própria noção de tempo e de espaço deve mudar. *"Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço."*⁷⁰

O camponês do século passado, por exemplo, orientava seu trabalho pelos tempos da natureza e, em função desta forma de orientação, existia uma demarcação muito pequena entre o trabalho e a própria vida, não existia conflito algum entre o trabalho e o "passar o tempo". Por outro lado, os assalariados que tiveram seu trabalho regulado pelo relógio, experimentam uma diferenciação entre o tempo de seu patrão e o seu próprio tempo. THOMPSON faz um interessante resgate da história do relógio e afirma que, através dela, pode-se notar que não era qualquer pessoa que poderia possuir esse instrumento, em função de seu alto preço. Assim, o registro do tempo pertencia aos patrões e comerciantes, nunca aos trabalhadores. Somente por volta de 1790 foi promovida a difusão dos relógios de bolso, mais baratos, justamente na época em que a Revolução Industrial exigia uma maior sincronização do tempo no trabalho. O valor do tempo passa a ser medido pelo dinheiro, o qual passa a ser dominante no processo de trabalho.

Com a sociedade industrial, aparece a necessidade de sincronização do trabalho, o que favorece uma maior atenção ao tempo no trabalho; para usar uma expressão de ATTALI, o "tempo das máquinas" passa a dominar sobre o novo cenário social. Isso não acontecia em

70. HARVEY, D., *Condição Pós-Moderna*, Loyola, 1993, p.189.

relação ao ritmo do trabalho na manufatura, a qual se manteve numa escala doméstica, pois o grau de sincronização que se requeria era muito menor. THOMPSON conclui, então, que *"a atenção que se presta ao tempo no trabalho depende, em grande medida, da necessidade de sincronização do trabalho."*⁷¹

Antes do controle do tempo pela sociedade industrial, a norma do trabalho era alternar trabalho intenso com tempo de ociosidade, ou seja, os homens que não trabalhavam na indústria controlavam o seu próprio tempo. Segundo o autor, essa norma ainda é válida para aqueles que trabalham de forma autônoma como artistas, pequenos agricultores e estudantes.

A rigidez com a disciplina do tempo nos séculos XVII e XVIII era tanta que o tempo de não fazer nada não era aceito. *"O trabalhador não deve perder tempo no mercado, comprando"; "apesar da miséria de sua condição de fome, não tem escrúpulos em gastar as melhores horas do dia simplesmente contemplando..."* e *"o costume do chá era uma vergonha devoradora de tempo e dinheiro."* A diversão era vista como um perigo...⁷²

Moralistas e educadores aderem à luta contra o desperdício de tempo. A escola desempenhava, no século XVIII, o papel da instituição encarregada de treinar as crianças para a disciplina e o trabalho, através de rígidos controles do tempo. Uma vez dentro da escola, a criança entrava num novo universo de tempo, nos moldes da disciplina militar.

THOMPSON se pergunta ainda como se dava a interiorização

71. THOMPSON, E., Op.Cit, p. 258

72. Idem, p. 275

da disciplina do tempo, buscando uma resposta na ética puritana e na retórica da moral, as quais consideram o tempo como algo precioso demais para ser subestimado: "a perda de tempo é insuportável porque é irrecuperável".⁷³ De certa forma, foi a Igreja puritana que introduziu, através de seus cultos, a imagem do tempo como moeda no mercado de trabalho. Foi o puritanismo que deu o acabamento espiritual para que o relógio chegasse a ser o que é hoje.

O ócio era condenado. Numa sociedade capitalista madura, deve-se consumir, comercializar, utilizar todo o tempo de forma que se torna inadmissível **gastar o tempo** com o lazer.⁷⁴ JEANNIERE também escreve sobre este assunto e afirma:

*"A ética puritana é o eco, no campo dos valores, de uma nova visão do mundo e de uma maneira bastante pragmática de se situar frente à natureza. (...) O homem rompe definitivamente com um passado no qual a simbiose com a natureza era o fundamento da reflexão pessoal e da vida social. (...) O homem alcança uma nova consciência de si numa relação negativa com o universo. (...) É a complexidade dialética da produção que vai definir não somente a sociedade mas o próprio espírito."*⁷⁵

É preciso repensar, segundo THOMPSON, o problema da disciplina do tempo e da impossibilidade do ócio gerado pelo matrimônio do puritanismo com o capitalismo industrial. É preciso repensar a

73. Id. Ibid. p.281

74. Daí a idéia de negócio: negar o ócio.

75. JEANNIERE, A., "Horloges et temps gaspillés", in Projet, n°97, 1975, p.754.

equação "tempo é dinheiro". Esta expressão, aliás, foi proclamada por Benjamin Franklin no final do século XVIII, quando a produção mercantil é determinante e o tempo mede a marcha para o progresso. O tempo adquire um incomparável valor ao preço de uma abstração, pois o tempo não é mais que sua medida. Mas, o mundo moderno precisa de um tempo abstrato que seja igual para todos. Sobre isso, afirma JEANNIERE:

*"(...) abstrato que é no cálculo econômico, como qualquer outro objeto, o tempo de produção cria também a abstração do tempo de lazer. Diretamente ou indiretamente, o tempo de lazer deve ser comprado. (...) seu próprio tempo livre é vendido ao consumidor."*⁷⁶

Vale a pena citar uma passagem de ATTALI, quando ele analisa a mudança do tempo com o uso das máquinas a partir da Revolução Industrial:

"Pouco a pouco, a burguesia se instala no poder e organiza a vida dos outros e a sua própria em uma corrente contínua de eventos datados: o tempo para o trabalho, o tempo para o repouso, o tempo para o prazer (...). Ao mesmo tempo, muda o ritmo dos eventos: as notícias se difundem mais rapidamente(...), a produção em massa e barata de impressoras à vapor, a partir de 1814, permite um enorme desenvolvimento da literatura periódica. (...) Economizar, ter uma renda, acompanhar o progresso, tornam-se uma obsessão das pessoas

76. *Idem*, p.756

bem-nascidas deste século.(...) O repouso faz temer o desperdício de tempo, a preguiça e a greve. A ociosidade é ao mesmo tempo útil e perigosa.(...)"77

Mas, como lembra THOMPSON, a história da humanidade não registrou apenas o desenvolvimento tecnológico e a exploração, mas também a resistência à exploração. MARX aponta para esta situação quando estuda a luta pela jornada de trabalho nos séculos XVIII e XIX. Ele diz: "*o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador*". E ainda: "*a instituição de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.*"78

Em 1883, conforme relatos de ATTALI, o *Factory Act* inglês limita a jornada de trabalho de um operário adulto em quinze horas e a das crianças de nove a dez anos, em oito horas. Na França, em 1860 a jornada de trabalho das crianças passa a ser de doze horas e a dos adultos, onze ou dez horas.

"Por volta de 1850, um operário europeu passa ainda quinze horas por dia, durante seis dias da semana, nas grandes fábricas e a locomoção para suas habitações distantes do centro urbano, sem meio de transporte rápido, lhe toma pelo menos duas horas. O tempo real de

77. ATTALI, J., Op. Cit., p.199.

78. MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol.1, Bertrand Brasil, 13ª edição, 1989, pp.307 e 341.

repouso é, então, inferior a oito horas."⁷⁹

As lutas pela redução da jornada de trabalho e pela diminuição da intensificação da produção refletem, na verdade, a utilização da categoria tempo como fonte de poder social para uma determinada camada da sociedade.

*"É o domínio do tempo de trabalho dos outros que dá aos capitalistas o poder inicial de se apropriar dos lucros para si (...) As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social."*⁸⁰

Numa linha semelhante de raciocínio, BERNARDO atribui à categoria tempo uma dimensão importante enquanto norteadora dos fundamentos da sociedade capitalista, ou seja, para este autor, são as diferentes formas de disposição do tempo que produzem a divisão da sociedade em classes distintas. Ele afirma:

" O problema da mais-valia é o problema do tempo. Há os que dispõem do seu tempo: não são explorados. Há os que não dispõem do seu tempo: são explorados. Há os que

79. ATTALI, J., Op. Cit., p 209.

80. HARVEY, D., Op. Cit., p.210 e 218.

dispõem do tempo dos outros: são exploradores."⁸¹

Nesse sentido, para BERNARDO, os capitalistas se definem pelo controle que possuem sobre o tempo alheio. Eles não são proprietários só dos meios de produção, mas, também, do tempo dos trabalhadores. Esta dominação é radical na sociedade capitalista: "(...) *o capitalismo é um sistema fundamentalmente totalitário que rege as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador.*"⁸²

Nessas passagens, o autor sugere a possibilidade de haver, sob o capitalismo, uma "contaminação" do tempo livre pela lógica do capital. Sendo assim, concordamos quanto à inviabilidade da realização de um tempo livre "cheio de sentido" se a racionalidade econômica do capitalismo - e não só a econômica - continuar prevalecendo. Assim sendo, se o capitalismo é tão abrangente na vida do homem, o próprio "tempo livre" é subordinado ao universo e à lógica do capital. Nas palavras de BERNARDO:

"A partir do momento em que o capitalismo integrou atividades que antes ocorriam no âmbito familiar, passou também a incluir o aproveitamento econômico dos ócios. E a partir do momento em que o desenvolvimento capitalista assenta na exploração crescente do aspecto intelectual do trabalho, o lazer é indispensável à produção ou reprodução das qualificações necessárias ao exercício das formas mais complexas de atividade. (...) Os

81. BERNARDO, J., "Depois do marxismo, o dilúvio?", in Educação e Sociedade, nº 43, 1992, p.403,404.

82. Iden. p.404.

*neoliberais apresentam os ócios como uma libertação quando, pelo contrário, constituem um dos mecanismos do reforço da exploração."*⁸³

Algumas concepções de tempo livre, lazer e ócio apresentadas a seguir, demonstram que nem todos os autores possuem uma visão crítica em relação ao tempo livre e à vivência do lazer na sociedade capitalista.

2.2. ALGUMAS CONCEPÇÕES DE TEMPO LIVRE, LAZER E ÓCIO

O lazer pode ser entendido segundo duas variáveis básicas: o tempo e a atitude. Segundo a variável "atitude", o lazer é concebido como um estilo de vida. O lazer considerado como atitude caracteriza uma relação entre o sujeito e a experiência vivida de forma que ela propicie satisfação; assim, até o trabalho pode ser uma atividade de lazer.

A variável "tempo" considera o lazer segundo a idéia de tempo livre, de liberação não só do trabalho como também das obrigações diárias com a sociedade de forma geral. BACAL⁸⁴ parece dar um enfoque central à variável "tempo" ao analisar o trabalho e o lazer. Ela denomina "tempo necessário" ao tempo despendido para a execução das tarefas de trabalho; "tempo liberado" ao tempo que o homem dispõe após o

83. Id.Ibid., p.404.

84. BACAL,S., Lazer:teoria e pesquisa, Loyola, 1988.

tempo necessário e "tempo livre" como sendo uma parcela do tempo liberado pressupondo a liberdade de escolha do que fazer ou não fazer. Assim, o tempo livre compreende tanto o lazer como o ócio.

GAEZER, preocupada em distinguir tempo livre de lazer, adota a variável "atitude" como elemento diferenciador. Ela afirma:

*"Costuma-se pensar que lazer e tempo livre são a mesma coisa, mas todo mundo pode ter tempo livre e nem todos podem ter lazer. (...) O tempo livre é uma idéia de democracia realizável. O lazer não é por todos realizável por tratar-se de uma atitude e não só de uma idéia. (...) Lazer é a harmonia individual entre a atitude, a disponibilidade de si mesmo e o desenvolvimento integral."*⁸⁵

Logicamente, como já foi apontado, o enfoque temporal de hoje não corresponde ao enfoque das sociedades primitivas, por exemplo, na qual o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho se confundiam.

A conceituação de lazer elaborada pelo sociólogo francês DUMAZEDIER tem boa aceitação entre a maioria dos estudiosos do assunto, embora mereça alguns questionamentos. Ela pode ser assim enunciada:

"Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua

85.GAEZER,L., "O compromisso social da educação para o tempo livre", in REFLEXÃO, nº35, 1986, p.49.

participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais." 86

Portanto, o lazer seria uma atividade escolhida pelo indivíduo e praticada durante um tempo que lhe é disponível de forma a lhe proporcionar descanso físico ou mental, divertimento, desenvolvimento de habilidades e da sociabilidade. Os conteúdos dessas atividades podem ser diferentes conforme o interesse (pode ser físico, artístico, intelectual, social).

Na caracterização do lazer, DUMAZEDIER deixa claro que esta atividade deve ser "desinteressada", ou seja, não pode ter fim lucrativo, utilitário ou ideológico. Quando uma atividade está ligada a algum destes fins, ela não deve ser chamada de lazer e sim de "semilazer", o qual "*pode ser definido como uma atividade de lazer que se mescla com as finalidades de uma obrigação institucional*".⁸⁷ Pode-se chamar de "semilazer", por exemplo, quando um amante da jardinagem resolve plantar também algumas verduras para sua alimentação.

Na sociedade capitalista, parece quase inexistir alguma atividade de lazer desvinculada dos fins apontados acima. Os limites entre o que é obrigação e o que não é, se ela é institucional ou não, não são muito evidentes, sobretudo quando pensamos na totalidade do alcance do capital. Parece complicado estabelecer, como o faz DUMAZEDIER, critérios muito determinados para tratar do grau de

86. DUMAZEDIER, J, A teoria sociológica da decisão, Série Lazer, SESC, 1980, p.19.

87. Idem, p.22.

autonomia das atividades de lazer em relação ao que está sendo considerado como obrigação. A definição de DUMAZEDIER ainda associa as atividades de lazer à satisfação de determinadas necessidades humanas: descanso, divertimento, recreação e desenvolvimento da personalidade, mas não compreende a dinâmica social na qual se manifestam essas necessidades.

FALEIROS recupera as idéias marxistas para criticar a concepção de lazer elaborada por DUMAZEDIER, ou seja, parte-se do princípio de que as necessidades humanas são geradas numa determinada realidade social e estão ligadas à sobrevivência dos indivíduos. "(...) *elas (as necessidades) são diferenciais e continuamente transformadas pelas condições vividas por esses indivíduos.*" 88

A idéia de necessidades iguais para todos, passíveis de serem satisfeitas com atividades também iguais para todos, se assemelha à premissa fundamental do esquema teórico do funcionalismo. FALEIROS explica assim:

*"Todas as atividades desenvolvidas pelos grupos humanos objetivam a satisfação de necessidades. Mas como se processa o mecanismo de satisfação dessas necessidades? No caso específico do lazer, a maneira como Dumazedier entende-o e elabora suas propostas teórico-metodológicas implica uma explicação que se faz através da estrutura lógica própria ao funcionalismo."*89

Então, a análise de DUMAZEDIER fica restrita às funções

88. FALEIROS, M.I., "Repensando o lazer", in Perspectivas, nº3, 1980, p.53.

89. Iden, p.52.

que o lazer pode ou não corresponder, e se distancia agudamente da perspectiva marxista, a qual vincula as necessidades humanas - sem hierarquizá-las - ao processo histórico e às transformações da civilização.

Para CAMARGO, cujas idéias não diferem muito das de DUMAZEDIER, o lazer tem algumas características próprias: ele não é gratuito, ele é sempre liberatório de obrigações, ele é prazeroso, é sempre fazer alguma coisa. A sua concepção de lazer é compensatória e fica clara nas seguintes passagens:

*"O lazer (...) busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Assim é ir ao cinema para descarregar as tensões do trabalho ou quebrar a rotina sedentária com uma corrida em um parque. Esta é a propriedade mais óbvia do lazer (...), o lazer é compensatório na sua forma mais crua, de liberação da fadiga e de reposição das energias para o trabalho no dia seguinte. (...) As atividades de lazer são, pois, desinteressadas, liberatórias, escolha pessoal, na busca de algum prazer."*⁹⁰

Para REQUIXA, seguindo um mesmo referencial, devemos entender o lazer como:

"uma ocupação não-obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições

90. CAMARGO, L.O., O que é lazer, Brasiliense, 1986, pp.14 e 34.

de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social."⁹¹

Tanto na sua concepção como na de CAMARGO e DUMAZEDIER, entende-se que o lazer significa **ocupar-se** por livre escolha e de acordo com seu interesse. Mas, no senso comum, muitas vezes ainda percebe-se que predomina a idéia de lazer enquanto "tempo" de não fazer nada, o tempo livre sendo visto como um tempo de preguiça e ócio. Isso provém do desconhecimento da distinção entre tempo livre, lazer, ócio e ociosidade.

Ócio, derivado do latim *otium* traz consigo a idéia de tranqüilidade, de repouso, de não fazer nada. A palavra lazer deriva do verbo *licere* que, em latim, quer dizer "ser permitido", "poder", ou seja, ao lazer está ligada a idéia de liberdade de fazer. No entanto, BACAL⁹² lembra a etimologia do palavra ócio para verificar que ela orientava-se no sentido dos lugares onde se educava, como *skolé* em grego e *schola* em latim. Mais tarde é que esta palavra veio a ter o significado de contemplação, no Oriente e de repouso, no Ocidente.

MARCELLINO⁹³ - que sugere a utilização de *tempo disponível* no lugar de *tempo livre* pois, "*tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social*" - coloca lazer e ócio num mesmo campo, salientando que o que os diferencia é a **OPÇÃO** por contemplação(ócio) ou por atividade(lazer). A ociosidade está num outro plano, pois não compreende a possibilidade de opção. Assim, o

91. REQUIXA, R., Sugestão de diretrizes para uma política nacional do lazer, SESC, 1980, p.35

92. BACAL, S., Op.Cit. p.33

93. MARCELLINO, N.C., Lazer e Educação, Papirus, 1990, pp.28-35.

desemprego, por exemplo, não corresponderia a um tempo disponível mas, desocupado - não por opção -, o que sugere ociosidade. A ociosidade não complementa nem compensa o trabalho, ela o substitui; isso é fundamental.

Quanto ao lazer mais especificamente, sobretudo nas grandes cidades, MARCELLINO evidencia algumas contradições que colocam o lazer numa situação que ele denomina de "entre extremos". Para este autor, o lazer está hoje entre...

*..."o salto no vazio do 'bungee jump' de alguns e os dois terços da população da região metropolitana de São Paulo que andam à pé, por falta de dinheiro, acordando por volta das três horas para chegar ao trabalho às sete ou oito. (...) Entre as retiradas dos habitantes das grandes cidades, nos feriados prolongados, entupindo as estradas em congestionamentos, e o hábito de passar os fins de semana dentro de casa."*⁹⁴

Para RIBEIRO, o ócio se opõe ao trabalho, pois ele é a sua negação e não deveria ser confundido com o lazer. Se, por um lado, o ócio é uma vontade de nada fazer, o lazer, de outro lado, se compõe de atividades que supõem a presença do trabalho de algum profissional. Se o lazer envolve uma ampla gama de atividades, o descanso concedido ao trabalhador não é uma inatividade sem conteúdo.

Em vez do ócio, que significaria descanso, o homem não descansa no lazer e, muitas vezes, se cansa mais do que no trabalho.

94.MARCELLINO,N.C., "Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?", mimeo, 1992, p. 1.

*"Trabalha repousando: repousa trabalhando"*⁹⁵ Então, este autor defende a necessidade do ócio como única possibilidade de descanso absoluto e de recuperação do tempo espoliado pelo capital. RIBEIRO entende o lazer como algo necessariamente cansativo, cheio de vícios do capital e de obrigações semelhantes às do trabalho.

Mas, na totalidade dos autores que estudam este tema, tanto na compreensão do lazer como na do tempo livre, o trabalho está sendo suposto, ele existe enquanto obrigação. O lazer corresponde à ocupação de uma parte do tempo, liberado periodicamente do trabalho, seja num fim de semana, nas férias ou na aposentadoria. Então, baseando-se nessas conceituações, pode-se afirmar que não há lazer se não há trabalho ou qualquer outra obrigação, ou seja, a libertação das obrigações é uma condição para o lazer, o qual acaba por ser tomado por alguns autores como atividade "residual".

Interessa, então, salientar que muitas concepções de lazer e de tempo livre acabam sendo conservadoras na medida em que pensam a sociedade como homogênea, equilibrada, sem contradições, na qual o lazer é supostamente divertimento para todos. **A maioria dessas concepções são funcionalistas pois pensam no lazer como o tempo necessário para atividades ou descanso que visem prioritariamente a compensação do trabalhador para que ele possa voltar novamente ao trabalho um pouco mais recuperado.**

Muitos autores enfatizam a importância do lazer como forma de oferecer compensações às restrições e ao descontentamento do trabalho, contribuindo para que o lazer seja nada mais que um apêndice do trabalho. Concebe-se, então, o lazer como algo dotado de poderes

95. RIBEIRO, J., "Algumas considerações sobre o ócio como lazer", in REFLEXÃO, nº35, 1986.

mágicos capazes de solucionar ou acabar com as frustrações das desagradáveis condições de vida, principalmente do trabalhador. Na tentativa de se criticar o trabalho, acabam fazendo um "elogio ao lazer", considerando-o como finalidade da existência e ideal de felicidade.

No entanto, é preciso reconhecer que, na realidade do dia-a-dia da grande maioria dos trabalhadores, os momentos de lazer significam descanso, divertimento e recuperação das energias; isso é quase inegável tendo em vista as características da maioria das atividades de trabalho. O problema é que as abordagens compensatórias do lazer constatarem e descrevem isso, mas não incentivam nenhum tipo de questionamento a esse respeito.

Se a realidade revela a prevalência de um tempo livre funcionalista, onde as atividades de lazer visam apenas uma "manutenção" do ser humano, não existe espaço para um tempo livre "crítico" do qual pode emergir questionamentos e mudanças na sociedade? É muito provável que, como indica MARCELLINO, essa dimensão "crítica" do lazer exista apenas enquanto "*um fenômeno gerado historicamente*"⁹⁶, cuja importância para a vida social moderna deve ser admitida.

MARCELLINO é otimista e acredita que os momentos de lazer oferecem possibilidades privilegiadas tanto como manifestação lúdica quanto como vivência da cultura. Ele diz:

"Isso não significa que o elemento lúdico da cultura não possa se manifestar em outros tempos. Muito pelo contrário, o lazer é entendido como um campo de

96. MARCELLINO, N.C., "Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?", p.7.

atividades, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo de manifestação do brinquedo, do jogo, da festa, para além do próprio lazer. A vivência do componente lúdico da cultura, sua consideração principalmente em termos de processo, é considerada como manifestação de utopia, dialeticamente, como denúncia da realidade insuportável."⁹⁷

O caráter de divertimento implícito no lazer é inegável, mas não é este o problema maior quando se pensa em emancipação humana; é preciso ir mais longe na reflexão do contexto social, político e econômico, mesmo porque, denunciar a realidade não implica em comprometimento com mudança. O componente lúdico do lazer não é revolucionário por si só, ele apenas favorece o relaxamento, a recuperação de energias, a recreação e o esquecimento momentâneo de problemas pessoais ou sociais. Por que é tão comum lembrarmos de expressão "pão e circo" quando queremos fazer alusão aos mecanismos utilizados pelos governantes para desviar a atenção das pessoas em relação aos problemas sociais e econômicos?⁹⁸

Nesse sentido, as atividades lúdicas podem ser consideradas relativamente distantes dos critérios de produtividade e de utilidade social, mas elas não podem ser consideradas como atividades "naturalmente" enriquecedoras e estimuladoras da consciência. É preciso levar em consideração a heterogeneidade do nível de participação dos indivíduos nas atividades de lazer, advinda principalmente da diferença

97. *Idem*, p.8.

98. "O pão nosso e o circo? Não, o não nosso de cada dia." (Savany)

de classes.

FRIEDMANN⁹⁹ estabelece, de maneira acrítica e com bastante ênfase, uma relação determinante entre lazer e trabalho e garante que os trabalhadores procuram realizar no tempo livre aquilo que não podem realizar no seu tempo de trabalho. As tensões, desgostos e insatisfações vivenciadas na vida profissional influenciam muito as atividades realizadas no tempo de não-trabalho, porque, segundo este autor, o homem é um só e é o mesmo tanto no trabalho como no lazer.

Analisando mais especificamente a sociedade americana, mas sem desconsiderar outras sociedades industriais, FRIEDMANN afirma existir nos trabalhadores - não só operários, mas também funcionários diversos - um "impulso desesperado para o lazer" ou para as atividades consideradas "laterais" ou "residuais". Nesse sentido, constata-se uma busca pela compensação:

*"Tudo aquilo de que se viram privados no trabalho - iniciativa, responsabilidade, realização - , os trabalhadores buscam reconquistar no lazer. (...) Trabalho, e aquilo que se deveria denominar com um termo geral, a fim de exprimir sua complexidade, de não-trabalho, estão portanto, ligados por ações recíprocas."*¹⁰⁰

Procurando basicamente examinar a influência exercida pela atividade profissional nas atividades de não-trabalho e recorrendo

99. FRIEDMANN, G., O trabalho em migalhas, Perspectiva, 1983, Cap. VII.

100. Idem, pp.158 e 163.

à informações da psicologia, FRIEDMANN constata que as reações de insatisfação profissional podem ser apreendidas através das atividades de não-trabalho. Em outras palavras:

*"A insatisfação no trabalho, seja ela consciente ou não, exerce uma ação permanente e múltipla sobre a vida fora do trabalho, uma vez que se traduz por fenômenos de evasão para atividades laterais. Ora, toda evasão, na opinião dos psicólogos, constitui um comportamento mais ou menos neurótico, acompanhado, sob diversas formas, de recalque, de separação com relação a uma parte real, de frustração e, as vezes, mesmo de tendências agressivas."*¹⁰¹

Na compreensão deste autor, os trabalhadores só procuram a compensação das atividades de lazer porque o trabalho não propicia o equilíbrio de sua personalidade. No entanto, se o lazer reflete toda a insatisfação do trabalho, ele não parece ser capaz de possibilitar qualquer tipo de realização. O autor não chega a considerar este aspecto.

A evasão para o lazer tem, segundo FRIEDMANN, dois pólos: o de "matar o tempo" e o de "lazer ativo". A conduta de "matar o tempo" consiste basicamente na busca do preenchimento de um vazio provocado pelo tédio do trabalho. Ele afirma:

"A áspera caça à diversão pode ser, no homem frustrado

101. Id. Ibid. p.169.

no seu trabalho, um dos indícios pelos quais se manifesta a busca de compensação por todos os meios ao seu alcance. (...) O homem 'alienado', na civilização técnica do capitalismo, é infeliz: 'ao consumir diversão, procura reprimir a consciência de sua infelicidade. Empenha-se em ganhar tempo e, em seguida, se inquieta em matar o tempo que ganhou.'" 102

BOTTOMORE não discorda do potencial compensatório do lazer embora aponte alguma ressalva, conforme indica a seguinte citação:

*"Não há dúvida de que muitas atividades do lazer oferecem uma satisfação que não pode ser encontrada no trabalho. Dentro de certos limites, tais atividades são livremente escolhidas e livremente realizadas - o indivíduo pode afirmar suas próprias preferências, revelar as suas habilidades, desfrutar a mudança e a variedade e fazer uma seleção pessoal de seus companheiros e amigos."*103

Vale a pena abrir um parênteses para ressaltar um outro aspecto dessa discussão que é o do "lazer da empresa", ou seja, o vínculo direto estabelecido pelas empresas entre trabalho e lazer. Hoje, muitas empresas, sobretudo as japonesas, se consideram super-modernas

102. Id.Ibid., p.170. (A citação inclusa é de Erich Fromm, The Sane Society,p. 205.)

103. BOTTOMORE,T.B., "Indústria, Trabalho e Socialismo", in As classes na sociedade moderna, Zahar, 1968, p.105. (Grifo meu).

por criar programas de lazer e de esporte atrelados à empresa, seja antes do início da jornada de trabalho, seja durante os intervalos do trabalho ou seja após o expediente. Mas, a idéia de inserção de atividades recreativas no espaço de trabalho ou intimamente ligadas a ele já estava presente na ideologia taylorista, o que fica claro no texto de DE GRAZIA sobre a "taylorização dos lazeres operários".¹⁰⁴

Segundo esta autora, o caso exemplar da utilização do lazer taylorizado - como forma de controle social - é o da Itália fascista dos anos 20. É especialmente na organização do tempo de lazer que se faz sentir as estratégias patronais de domesticação dos trabalhadores.

Data desta época a criação da palavra *dopolavoro*, pelo engenheiro italiano Mário Giani, a qual indicava a organização de atividades de lazer após o trabalho. O *dopolavoro* constituía basicamente uma rede espalhada por todo o país de atividades recreativas e culturais para os operários, de modo a mantê-los integrados ao mundo da produção. Aparece, então, de maneira bastante incisiva a noção de lazer como panacéia dos conflitos entre capital e trabalho.¹⁰⁵

Os programas mais recentes de "lazer na empresa" deixam transparecer, com evidência, a veiculação do lazer como momento compensatório e recuperador do trabalhador. A ginástica na fábrica, antes dos trabalhadores assumirem os seus postos de trabalho, não parece existir por preocupação dos empresários em relação à saúde e à

104. Cf. DE GRAZIA, V., "La taylorisation des loisirs ouvriers: les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste", in *Recherches*, n° 33/34, 1978.

105. Os "dopolavoros" eram agrupados num organismo estatal submetido ao Partido Fascista e contavam com a adesão dos sindicalistas fascistas. Os clubes operários socialistas e as próprias associações patronais são engolidos pelos "dopolavoros" estatais. O Estado obrigava, desta forma, os empresários a ocuparem-se da vida cotidiana dos trabalhadores mesmo fora das fábricas. Na Alemanha Nazista dos anos 30 não foi diferente, com a presença da "Força pela Alegria", organização nazista do lazer operário.

beleza física dos trabalhadores. A criação de clubes ligados diretamente à empresa não deixa de buscar o adestramento do trabalhador durante o seu tempo reservado ao descanso e à recreação como um dos seus objetivos.

A empresa que oferece serviços de lazer aos seus trabalhadores acaba por aprofundar o seu alcance em outras esferas da vida dos indivíduos, como se houvesse uma certa "invasão institucional" no cotidiano operário. O funcionário, muitas vezes, se vê sem escolha e se entrega à programação que lhe é oferecida pela empresa para ocupar o seu tempo liberado e para não deixar de participar integralmente das "ofertas" de sua empresa.

Dessa forma, a empresa acaba ganhando tanto por adquirir uma boa imagem frente à sociedade quanto por manter sob relativo controle o tempo em que o trabalhador não lhe deveria nenhuma satisfação. Assim, as empresas que se ocupam do "desenvolvimento dos recursos humanos", através da difusão do lazer para seus funcionários, contribuem para a difusão de uma nova versão do capitalismo: a do "capitalismo humanizado". O lazer é visto como um favor, como um presente oferecido pelas "boas empresas" aos seus funcionários.¹⁰⁶

A percepção deste aspecto do lazer vinculado à empresa é muito relevante para o estabelecimento da "contaminação" do tempo livre da grande maioria dos trabalhadores por parte dos interesses institucionalizados do capital. Além disso, fica mais evidente a vigência da concepção funcionalista do lazer. No entanto, alguns autores buscam criar uma nova abordagem para o tempo livre, sem se preocuparem

106. PACHECO, R.T.B. faz uma síntese crítica interessante destes aspectos da ocupação do tempo livre em seu texto (mimeo) "Lazer e Trabalho: A Taylorização dos Comportamentos Sociais", apresentado no I Encontro Nacional de Grêmios de Empresas e Associações de Funcionários, realizado na Bahia, em abril de 1993.

com questões contraditórias mais complexas existentes em função do sistema capitalista.

AZNAR, por exemplo, amigo e parceiro de GORZ, no seu recente livro *Trabalhar menos para trabalharem todos*, "prega" a necessidade urgente de conquistarmos o tempo livre ou "tempo novo". Este "tempo novo" tem como características principais: 1) não ser tempo forçado e sim desejado ; 2) não ser um "tempo-tampão" apêndice de um outro tempo-modelo e, sim, um tempo-em-si autônomo; 3) não ser um tempo vazio, na medida em que ele recebe qualquer proposta de atividade. Este tempo "*tem a propriedade notável e inaudita de conter todos os ingredientes da liberdade.*"¹⁰⁷

Agarrado aos mesmos princípios de GORZ, AZNAR acredita na revolução do tempo provocada pelas inovações da atualidade, embora os homens não saibam ainda como se desprender das "velhas" concepções economicistas do trabalho. Na expressão de AZNAR:

*"Hoje em dia a vida ainda é organizada em torno do valor central do trabalho precedido de estudos para o trabalho, entrecortado por lazer do trabalho, seguido pela aposentadoria do trabalho. (...) Fica claro, de fato, que, tomando a hipótese positiva, dispor da metade da sua semana, da metade de seu mês, da metade de seu ano, toda sua vida, para um tempo com função não determinada, confere a este tempo um caráter diferente."*¹⁰⁸

107. AZNAR, G., *Trabalhar menos para trabalharem todos*, Scritta, 1995, p.244.

108. *Idem*, pp.243,244.

De qualquer forma, o tempo verdadeiramente livre é tangível para AZNAR, bastando algumas transformações e alguns reinventos nessa racionalidade econômica vigente. Mas, ressalta o autor - sem levar em consideração qualquer tipo de influência do sistema capitalista - que não nos compete organizar o tempo livre; se ele é livre, é livre e ponto. O "tempo novo" pode ser dedicado ao lazer, à preguiça, ao *dolce far niente* ou às atividades voluntárias. Se esse tempo é verdadeiramente livre, o indivíduo pode até ocupá-lo com uma atividade que tenha um fim econômico, se assim desejar. AZNAR propaga suas crenças românticas quanto ao tempo livre nas seguintes passagens:

*"O tempo livre será para alguns a consumação louca e voraz dos lazeres. Para outros será a viagem, o turismo, a exploração, o passeio, a montanha. Ou então a cultura, os concertos, os museus, o teatro, os festivais. Para outros, a cozinha, a invenção de um outro tipo de lazer ou um outro tipo de cultura. Para outros ainda, a militância política ou social, o apoio humanitário. Para outros, a fotografia, a pintura. Para outros, o corpo, a dança, o relaxamento, a beleza. Para outros, uma forma nova de trabalho. Finalmente para outros, nada. (...) O tempo livre é tempo de amar. (...) Para amar é necessário tempo. (...) O essencial é reencontrar o tempo para esbanjar sua afetividade."*¹⁰⁹

109.Id. Ibid., pp. 248,249

Então, esse "tempo novo" proposto por AZNAR se resume basicamente num novo espaço/tempo de aventuras. É assim que o autor compreende a possibilidade de liberdade no tempo livre: como aventura. Faz parte dessa aventura, na opinião do autor, reinventar a economia - o que acabaria com o irrealismo das crenças num tempo livre onde não é permitido trabalhar. Ele diz:

"Que não tenha outro objetivo durante o mês de férias que o de relaxar e se distrair, é compreensível, mas como não imaginar que o novo tempo liberado não seja acompanhado de uma procura de atividades além do lazer? Produzir corresponde a uma função psicológica. Ganhar dinheiro corresponde a uma função psicológica. (...) Enriquecer não é um erro, é uma motivação sábia, que temos o direito de escolher livremente, entre outras."

110

Num outro campo de discussão e preocupado em perceber qual a importância que o lazer ocupa na vida das pessoas, PARKER¹¹¹ faz três abordagens gerais do lazer e do trabalho na sociedade moderna: 1) o trabalho é visto como a parte séria da vida e o lazer como mero subsidiário; 2) o lazer é considerado o grande objetivo da vida e o trabalho é apenas o meio de se chegar a este objetivo; 3) ambos são partes reconciliáveis de um todo, e cada um deles é capaz de enriquecer o outro, como na vida do artista.

Então, conclui o autor, existem três maneiras de as

110. Id. Ibid. p.261.

111. PARKER, S., "O lazer e o trabalho", in A sociologia do lazer, Zahar, 1978, p.80,81.

pessoas priorizarem o lazer e o trabalho em suas vidas: 1) o trabalho é prioritário, 2) o lazer é prioritário e, 3) existe uma igualdade entre trabalho e lazer. Mas, conforme pesquisas feitas por PARKER, é preciso levar em consideração a cultura e o tipo de trabalho que se realiza para perceber a importância atribuída ao lazer na vida das pessoas.

Apoiando-se em John Kelly, PARKER constrói quatro núcleos teóricos do lazer. São eles: 1) "lazer puro", escolhido e independente; 2) "lazer continuador", escolhido, mas relacionado ao trabalho, 3) "lazer complementar", determinado pela estrutura do trabalho, mas independente da relação com o trabalho e, 4) "lazer de recuperação", determinado pelo trabalho e relacionado a ele. Segundo o autor, estes núcleos nos dão uma idéia do quadro geral de teorias que têm sido formuladas para explicar a relação entre trabalho e lazer.

No ponto de vista desse estudo, a classificação do lazer de acordo com estes núcleos teóricos é conservadora, na medida em que omite a relação necessariamente existente entre trabalho/lazer/vida social. O lazer não pode ser pensado como um todo homogêneo passível de ser dividido em partes ou blocos pois, qual seria o limite que separa um "lazer de recuperação" de um "lazer continuador", por exemplo?

Depois destas breves considerações sobre o trabalho, o lazer e o tempo livre, algumas questões podem ser levantadas:

Será que podemos definir o lazer de forma igual para todos? Será que a problemática do tempo livre se coloca da mesma maneira para todos os indivíduos, trabalhadores ou desempregados? E mais, será que tempo livre e lazer são necessariamente bons? Será que todo trabalho é necessariamente ruim, estranhado e precisa de um tempo livre compensatório? Como o tempo livre poderia ser melhor vivenciado pelo homem que trabalha? Como o consumo se localiza na relação

trabalho/lazer, ou seja, em que medida o tempo de lazer é utilizado para o consumo das mercadorias produzidas no tempo de trabalho? Em que medida o consumo se transforma numa forma de lazer ou o próprio lazer passa a ser mercadoria de consumo?

2.3. CONSUMO, LAZER E TEMPO LIVRE

A idéia de que a melhor vida para o indivíduo é aquela baseada no consumo - quer de mercadorias, quer de entretenimento - é apontada por ELSTER como sendo um dos argumentos possíveis em favor do capitalismo, ou seja, a felicidade e o bem-estar são valores implícitos ao consumo. O autor faz uso da "concepção marxista de boa-vida" - a qual pressupõe realização ativa em lugar de consumo passivo - para criticar os argumentos do capitalismo. "*A auto-realização é superior ao consumo*", afirma ELSTER.¹¹²

Para justificar sua afirmação, o autor argumenta que o consumo tem como objetivo a satisfação, mas que o objetivo da auto-realização é conseguir algo ao qual se segue o sucesso. No consumo, o início é agradável mas o fim traz penosos sintomas de privação, enquanto que na auto-realização, o processo principal é penoso e a recompensa vem ao final. Assim, a satisfação não é o objetivo imediato da auto-realização.

Para ELSTER, a auto-realização nem sempre se dá em atividades que são socialmente úteis. Os exemplos que cita para

112. ELSTER, J., "Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista de boa vida", in *Lua Nova*, nº25, 1992, p.61

atividades que podem servir para a auto-realização do indivíduo são: "jogar tênis, tocar piano, jogar xadrez, fazer uma mesa, preparar uma refeição,(...) fazer malabarismo, representar um boneco humano, escrever um livro, contribuir para a discussão numa assembléia política, (...) bordar, organizar uma campanha política e construir um barco."¹¹³ O que determina uma atividade como auto-realizadora é, então, o ângulo de seus objetivos e de sua satisfação. A atividade, para propiciar auto-realização, tem que propor um desafio que pode ser enfrentado. Nesse caso, o trabalho pode ser também uma atividade de auto-realização.

Por outro lado, indubitavelmente, o lazer, tal como se apresenta hoje, é uma atividade (ou um conjunto de atividades) de consumo. Essa afirmação compreende alguns pontos que poderiam ser assim resumidos:

1ª) se as atividades de lazer são transformadas em mercadorias a serem consumidas, o lazer está perfeitamente integrado ao sistema econômico do qual ele faz parte;

2ª) se este sistema econômico tem o consumo de mercadorias como pilar de sustentação, não só as atividades de lazer se tornam mercadorias, como o próprio tempo de lazer se configura em tempo para consumir mercadorias e,

3ª) se é real a tendência de aumento do tempo livre em função das transformações tecnológicas, parece provável que aumentará consideravelmente o número de serviços especializados em entretenimentos (viagens, recreação, lazer).

Estas questões apontadas fazem parte de um círculo,

113.Iden, p.64

lógico e dialético, que mistura realidade com previsão. SUE aborda duas grandes hipóteses para o futuro do lazer. Numa primeira hipótese, não é suposta nenhuma transformação social radical, embora haja um considerável crescimento econômico e as indústrias de lazer desempenhem um papel importante na medida em que tem sido cada vez mais necessário "ocupar" o tempo livre. Sobre esta primeira hipótese, o autor afirma:

*"Cada vez mais numerosos serão os especialistas do lazer que intervirão para substituir as funções até agora realizadas pelo próprio indivíduo ou pela coletividade (animação, relações sociais etc). Nesta perspectiva, o lazer será reduzido à uma simples função de consumo. Consumir-se-á serviços e bens de lazer..."*¹¹⁴

Mas, adverte o autor, uma situação socialmente explosiva (sic) poderá decorrer da "justaposição" de um alto nível de desemprego com atividades de lazer onerosas (na medida em que estiverem submetidas ao setor comercial). Este seria um sério problema, não muito distante, a ser resolvido pelos gestores do capitalismo.

Numa segunda hipótese, haveria, em função de um crescimento econômico moderado, uma redução dos gastos das fontes naturais acompanhada de um aumento da duração de vida dos produtos que hoje são fabricados para serem obsoletos. Em tal sistema

114. SUE, R., *Le Loisir*, Coleção Que sais-je?, n°1871, P.U.F., 1980, p.123

hipotético, poder-se-ia trabalhar cerca de apenas duas horas por dia, fazendo com que o tempo livre supere o tempo de trabalho. As atividades de lazer continuariam ligadas ao consumo de objetos produzidos pelas indústrias de lazer, mas esta forma de lazer não seria predominante. O lazer baseado em atividades culturais, relações pessoais ou com a natureza seria mais importante. Do consumo de objetos, passar-se-ia ao consumo do tempo livre, de forma a que os próprios indivíduos pudessem construir os seus lazeres.

Qual dessas duas hipóteses é a mais provável de vir a acontecer? SUE diz: *"Cada uma (das duas hipóteses) detém uma parte de verdade e todas as fórmulas intermediárias são possíveis; mas tanto uma como a outra, sob formas opostas, demonstram que a evolução do lazer é incontestavelmente uma chave para o futuro."*¹¹⁵

De qualquer forma, parece inevitável que o lazer, entendido enquanto ocupação ou atividade durante um tempo liberado de obrigações, numa sociedade capitalista, implique necessariamente numa relação de consumo. Parece evidente também que este tipo de lazer - vinculado ao consumo - toma características próprias conforme a camada social que dele se ocupa. Em outras palavras, isso quer dizer que o que se consome no tempo de lazer do operário não é o mesmo consumido no tempo de lazer do presidente da mesma fábrica, por exemplo. E também, o tipo de atividades, programas ou diversão consumidos no lazer não são os mesmos para o patrão e para o empregado.

Muitos exemplos poderiam ser dados para ilustrar as visíveis diferenças em relação ao consumo e à ocupação do tempo livre

115. Id.Ibid. p.126. (Grifo Meu)

dos indivíduos que vivem em sociedades capitalistas, o que se constitui em mais um elemento que obsta a busca de uma sociedade emancipada.

Parece interessante mencionar brevemente duas pesquisas sobre a relação do consumo e do lazer, tendo em vista a sociedade dividida em classes distintas.

FORJAZ¹¹⁶ aborda o consumo e o lazer na camada específica de executivos e empresários - camada denominada de "elite" - e algumas de suas conclusões são:

1) para este segmento social, o trabalho e o lazer não se separam radicalmente, pois os executivos associam atividades de lazer ao trabalho; 2) o lazer significa o consumo de bens da indústria cultural, como a televisão, o cinema, o teatro, shows, discos, livros e jornais; 3) para as elites é predominante o entretenimento que implica no consumo; 4) existe uma permanência da sociabilidade familiar permeando o lazer das elites e, 5) é comum os cuidados com o corpo por parte da elite, sendo que muito tempo do seu lazer é dedicado ao esporte, à academia e à produção do próprio visual.

ALBANO e LEMOS observam que, no decorrer do tempo, as cidades e o desenvolvimento do comércio foram configurando o consumo numa forma de lazer. Os *shoppings centers* são o exemplo principal desta evidência. Nos centros urbanos, o espaço se redefine tornando-se prioritariamente público e transformando a esfera do consumo na sua razão de ser. *"O ato de contemplar os objetos se enfraquece em decorrência da pulsão do fetiche e do aumento da*

116. FORJAZ, M.C., "Lazer e consumo cultural das elites", in Revista brasileira de ciências sociais, nº6, 1988.

intensidade do consumo."¹¹⁷

As autoras ressaltam que o processo de consumo se desenvolveu concomitantemente à difusão da idéia de democratização das possibilidades. *"Uma mística de igualdade está implícita neste princípio de satisfação dos desejos que concebe os homens com direitos iguais diante do valor de uso dos objetos"*¹¹⁸. O lazer surge, então, como um importante elemento de democratização da cultura urbana, a qual só é mantida às custas de uma íntima relação entre consumo e lazer. No entanto, a realidade das sociedades capitalistas tem demonstrado que a idéia de democratização através do lazer é bastante questionável, na medida em que o acesso às atividades são, como já foi apontado, muito diferenciado.

2.4. RACIONALIDADE ECONÔMICA E TEMPO LIVRE

"Havia antigamente uma atitude à vivacidade e à brincadeira que foi em parte inibida pelo culto da eficacidae: o homem moderno considera que todas as coisas que ele faz devem ser em função de alguma outra coisa e jamais por elas mesmas."

Bertrand Russell

A racionalidade econômica, através das inovações tecnológicas, pode gerar quantidades crescentes de tempo disponível.

117. ALBANO, H.C., e LEMOS, C.B., "Reflexões sobre o consumo como forma de sociabilidade e lazer nos centros urbanos contemporâneos", mimeo, p.14.

118. Id.Ibid., pp.14-15

Mas, a razão econômica controla o sentido e o conteúdo desse tempo. Essa racionalidade econômica moderna contém uma contradição importante em relação à administração e distribuição do tempo. Para DUPUY, as sociedades industriais são ambíguas porque gritam "viva o trabalho", ao mesmo tempo em que propugnam "abaixo o trabalho". Sobre isso, ele diz:

"Um dos maiores paradoxos de nossa época é sem dúvida que a produtividade do trabalho aumentou em proporções consideráveis, mas que não se vê o menor sinal anunciando a proximidade da Arcadia onde todos, largamente desprendidos das obrigações ligadas à vida material, consagraríamos seu tempo à atividades mais nobres. Muito pelo contrário, nunca a vida foi tão febril, os ritmos tão ofegantes, o tempo tão raro. Mais paradoxal ainda, nunca nós consagramos tão pouco tempo às atividades finais, quer dizer, com fins-em-si-mesmas e, nunca nosso tempo foi tão ocupado por atividades intermediárias, que servem à outra coisa (...)."119

GORZ não concorda com a idéia de que o tempo liberado deverá ser preenchido por atividades deslocadas diretamente do plano econômico. Para o autor, incluir o lazer no campo da economia é uma maneira paradoxal de evitar a questão do conteúdo e do sentido do tempo disponível. Em suas palavras:

119. DUPUY, J.P., "Le culte des heures fertiles", in Projet, n° 97, 1975, p.763.

*"As atividades de lazer, com efeito, têm uma racionalidade inversa das atividades econômicas: elas não são produtoras e sim consumidoras de tempo disponível; elas não visam ganhar tempo e sim gastá-lo. Elas são o tempo da festa, da prodigalidade, da atividade gratuita que não tem outro fim que não ela mesma. Esse tempo não serve para nada, não é o meio de nenhum fim diferente dele mesmo e as categorias da racionalidade instrumental (eficacidade, rendimento, performance) lhe são inaplicáveis, salvo para pervertê-lo."*¹²⁰

Nesta passagem, GORZ parece não considerar a "poluição" do tempo livre e do lazer na sociedade atual, confundindo o que deveria ser com o que é. Será mesmo que as "categorias da racionalidade instrumental" são "inaplicáveis" ao tempo livre, quando o sistema vigente é o capitalismo?

No entanto, em outro momento, GORZ se mostra contraditório quando afirma que *"A racionalização econômica do trabalho (...) faz surgir o indivíduo que, alienado no seu trabalho, o será também, necessariamente, no seu consumo e, finalmente, nas suas necessidades."*¹²¹ Então, a racionalidade econômica não acaba "pervertendo" o tempo livre que deveria ser preenchido por "atividades gratuitas com fim em si-mesmas"?

120. GORZ, A., Métamorphoses du travail - Quête du sens - Critique de la raison économique, Galilée, 1988, p.18.(Grifo Meu)

121. Idem, p.37

Para ele, a racionalidade econômica nasce com o cálculo contábil, através do qual a atividade humana deixa de confundir-se com o tempo e o ritmo da vida. Tudo muda na vida social quando a produção deixa de ter como objetivo o auto-consumo para atender o consumo do mercado, as atividades passam a ser reguladas pelos cálculos que determinam o mercado.

Assim, com a racionalidade econômica - desenvolvida com o capitalismo - o trabalho tem por fim a troca de mercadorias no interior da lógica do capital e não mais a subsistência. Os produtores de mercadorias a serem trocadas entram em concorrência num mercado livre que torna impessoais as relações entre os homens.

Mas, essa concorrência depara com a limitação das necessidades humanas, a qual impediria o desenvolvimento desta racionalidade. Então, é preciso retirar este obstáculo da racionalidade econômica, fazendo, assim, com que novas necessidades sejam geradas. *"A racionalidade econômica só pode ser aplicada quando o indivíduo é impedido de determinar por si só o nível de suas necessidades e o nível do seu esforço."*¹²²

A análise crítica da racionalidade econômica feita por GORZ é válida. No meu entender, ele erra quando não valoriza devidamente as barreiras que esta racionalidade tipicamente capitalista provoca para o alcance da emancipação humana. Ele parece não pensar na necessidade de haver um rompimento com esta lógica capitalista, acabando por defender apenas uma administração diferente dela. É como se ele tivesse acertado no diagnóstico da doença, mas tivesse errado ao receitar os remédios...

122. Id. Ibid., p.141.

A questão da criação das necessidades na lógica capitalista remete à uma outra problemática, qual seja, de que a determinação do que é suficiente para o homem é algo não só econômico como também cultural, embora não haja uma separação absoluta entre economia e cultura. A cultura e tudo que diz respeito à ela, na sociedade cujo sistema econômico norteador é o capitalismo, não pode deixar de ser desconectada do capitalismo.

Assim, também a vida dos homens passa a ser regida por essa lógica e a eficácia do homem passa a ser avaliada por critérios cada vez mais quantificáveis. A comparação com os outros é um princípio norteador para a ocupação de cada um na escala da hierarquia das capacidades.

"Quantificando para tornar calculável, a racionalização econômica elimina todo critério que permitiu satisfazer o que se tinha, tinha feito ou projetava fazer. Nenhuma quantidade é a maior possível, nenhuma conquista é tanta que outra não possa ser imaginada." 123

Sendo a eficácia medida pelo cálculo, a taxa de lucro passa a ser o principal indicador da produtividade do trabalho, o que faz com que seja exigido um aumento do rendimento do trabalho e da produção.

O aumento da produção requer, em grande medida, um aumento do consumo que, por sua vez, requer um aumento das

123.Id. Ibid p. 144

necessidades. Sendo assim, é o consumo, motivado pelas necessidades criadas pelo sistema, que reforça a produção. Este é um dos princípios da produção flexível dos tempos atuais, embora o incentivo ao consumo sempre tenha sido uma das principais marcas do capitalismo. FROMM tem uma passagem interessante sobre isso:

*"Se o princípio econômico dominante é o de que produzamos cada vez mais, o consumidor deve estar preparado para querer - isto é, para consumir - cada vez mais. A indústria não depende dos desejos espontâneos do consumidor de quantidade cada vez maior de mercadorias. Fabricando objetos que devem cair em desuso, ela o força a comprar coisas novas quando as velhas poderiam durar muito mais."*¹²⁴

FROMM continua seu raciocínio acentuando a importância da publicidade, cuja ofensiva vai contra ao direito do consumidor de saber o que quer. Para ir mais longe na crítica à publicidade, pode-se ver o caso das sociedades mais "pobres", como o Brasil por exemplo, onde essa ofensiva tem ainda uma outra dimensão relevante, qual seja, a contradição da desigualdade social e econômica. Nessa dimensão, não se trata apenas de determinar o gosto e os desejos mas, de levar ao limite a ilusão de que a felicidade é consequência natural do consumo para aqueles que não têm sequer as condições básicas de sobrevivência. Basta assistir aos comerciais da televisão com o olhar um pouco mais crítico para perceber o quanto a

124. FROMM, E., A Revolução da Esperança, Círculo do Livro, s.d., p.52.

publicidade contém a ideologia capitalista para a manutenção do seu sistema.

No entanto, parece claro que o consumo é provocado sem que necessariamente o nível de satisfação dos indivíduos aumente, sobretudo na medida em que a satisfação das necessidades humanas é atribuída ao mundo mercantil e também porque o consumo de determinadas mercadorias só é possível para uma parcela da população.¹²⁵ A seguinte passagem de CASAMAYOR é bastante ilustrativa:

*"É preciso amar seu carro, sua moto, seu barco. A sociedade de consumo pratica uma política dupla que nos deixa ainda menos liberdade. Ela induz às paixões por objetos, mas ao mesmo tempo fracciona nosso entusiasmo; ela nos obriga a desejar e rapidamente acaba como nosso desejo para nos excitar sobre um outro objeto. Ela faz de cada consumidor um Don Juan sempre em busca de uma outra, sempre ardente, sempre insatisfeito."*¹²⁶

ARENDT também faz alusão ao consumo como ocupação do tempo livre, na seguinte passagem:

"(...) as horas vagas do animal laborans jamais são

125. FALEIROS faz um resgate de alguns trechos de Marx para discutir a questão das necessidades, que podem ser "reais" ou "artificiais". Ela diz que as necessidades envolvem dois níveis: um próprio da natureza humana que não altera com o desenvolvimento histórico e outro, próprio da natureza condicionada pelos mecanismos da sociedade, voltado para as formas específicas de "satisfação". Cf. FALEIROS, M.I., "Repensando o lazer", in Perspectivas, São Paulo, 1980. No seu texto, ela faz referência à importante obra de BAUDRILLARD, J., A sociedade de consumo, Lisboa, Edições 70, 1975.

126. CASAMAYOR, La Tolérance, ed. Gallinard, 1975, p.21.

*gastas em outra coisa senão em consumir; e, quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites. O fato de que estes apetites se tornam mais refinados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida mas, ao contrário, visa principalmente as superfluidades da vida, não altera o caráter desta sociedade; acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo."*¹²⁷

LUKÁCS, falando sobre a capacidade de manipulação do consumo e sobre a possibilidade da redução da jornada de trabalho hoje, avança a hipótese de um novo papel para os trabalhadores no interior da luta de classes, qual seja, o de buscar uma vida plena de sentido. Mas, o autor identifica os entraves do capital para esta busca:

"A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos

127. ARENDT, H., A Condição Humana, Forense Universitária, 1987, p.146.

*indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência. (...) Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otium, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho. A dificuldade está agora no fato de que deve ser organizada uma nova forma de resistência"*¹²⁸

Esta dominação exercida pelo fascínio do consumo nas sociedades capitalistas sustenta um novo tipo de estranhamento, na opinião de LUKÁCS. O mais importante é ter claro que esta **dominação é contrária aos interesses propriamente humanos.**

LUKÁCS compreende que, com o avanço da tecnologia, a mais-valia absoluta perde lugar para a mais-valia relativa. A consequência disso, então, é que a luta dos trabalhadores deveria se transformar em luta por um tempo livre verdadeiramente livre, não mais manipulado. Nesse sentido, os trabalhadores não perderiam sua força contra a exploração capitalista. A esse respeito, ele diz:

128. HOLZ, H.H, et alii, Conversando com Lukács, Paz e Terra, 1969, pp.53,54.

*"Podemos apenas dizer que chegamos a um rebaixamento da consciência em relação a este problema e que a situação apresenta sempre novos aspectos. Não há dúvida, porém, de que com o problema do tempo livre e do otium apareceram novas questões no primeiro plano do movimento. As lutas anteriores pelo tempo livre conseguiram obter tão somente um horário que só de modo precário permitia uma vida efetivamente humana para o trabalhador. Trata-se hoje de muito mais. Da redução do horário de trabalho deriva um espaço no qual o tempo livre pode ser transformado em otium. O capitalismo moderno, entretanto, faz tudo para impedi-lo. Não em bases ideológicas, mas simplesmente porque o comércio manipulado da indústria dos bens de consumo está ligado, necessariamente, a uma ideologia conformista do desfrute."*¹²⁹

Mas, é importante lembrar que existe uma certa contradição gerada pelo próprio sistema capitalista de produção que pode colocar a sociedade de consumo em apuros, pois existe a tendência de diminuição da parcela consumidora da população com o aumento do desemprego e da centralização da riqueza.

GORZ faz menção ao problema desta contradição quando afirma que a racionalidade capitalista não é capaz de responder à "crise do consumo", ou seja, "a automatização abole os trabalhadores

129. *Idem*, p.81.

ao mesmo tempo que os compradores em potencial".¹³⁰

É fundamental observarmos que, na nossa sociedade capitalista, o próprio lazer é impregnado da racionalidade econômica e se transforma em mais uma mercadoria a ser consumida. Na análise de GORZ, isso ocorre em função de uma incapacidade humana de dar sentido às atividades que deveriam ser autônomas. Para este autor, parece que o tempo livre só não é autêntico por simples "incapacidade" humana, como se esta incapacidade fosse inerente ao homem.

Segundo GORZ, somente uma reorganização da sociedade nos seus aspectos social, cultural e político, poderia relativizar a importância do dinheiro e restringir a esfera da economia de mercado, possibilitando uma clara distinção entre TER e SER. Ele diz:

*"Restringindo a esfera da economia mercantil, será permitida uma arbitragem permanente entre trabalho remunerado e atividades sem fim monetário, entre nível de consumo e grau de autonomia, entre "ter" e "ser". Desta arbitragem poderá nascer (...) uma civilização que, garantindo a todos uma autonomia e uma segurança existenciais crescentes, elimina progressivamente os consumos superabundantes, fonte de falta de tempo, de nocividade, de gastos e de frustrações, a favor de uma vida mais desprendida, convívial e livre."*¹³¹

Com isso, pensa em "reformular o capitalismo" como se

130. GORZ, A., Les Chemins du Paradis, Galilée, 1983, p.70

131. GORZ, A., "Bâtir la civilisation du temps libéré", in Le monde diplomatique, março de 1993. (grifos meus)

sob este sistema - melhor adaptado às necessidades humanas - o SER pudesse, conseqüentemente, superar o TER. A liberdade do ser humano, garantida através de uma "civilização do tempo livre", é possível de ser alcançada, para ele, dentro da ordem econômica.

As idéias defendidas por AZNAR são semelhantes às de GORZ. Ele defende a autoprodução, dentre tantas outras coisas, como saída para um novo tipo de economia. O objetivo principal desse tipo de produção é aumentar a duração do tempo de vida útil dos objetos, permitindo conserto e manutenção em lugar da simples e rápida substituição.

A autoprodução de uma parte do seu próprio consumo é possível de acontecer hoje graças ao avanço da tecnologia. Aliás, em certa medida, para AZNAR, isso já ocorre quando nos utilizamos das máquinas, seja num caixa automático do banco ou quando nos servimos sozinhos num posto de gasolina. O único problema atualmente, segundo o autor, é que o ganho não é revertido ao "autoprodutor"; o indivíduo acaba trabalhando sem receber por isso, o que é ainda mais grave na medida em que o preço da gasolina, por exemplo, não diminui quando o motorista executa o trabalho do frentista.

No meu entender, é exagero afirmar que o indivíduo que coloca a gasolina sozinho no seu carro seja "autoprodutor" pois, afinal de contas, o que ele produziu? Ele não deixa de ser um consumidor como antes, a diferença é que ele se serve sozinho e não precisa mais ser servido. Se a pessoa vai a um restaurante e serve o seu próprio prato, ela não passa a ser "autoprodutora" de sua comida por causa disso... Concordo com AZNAR apenas quanto à necessidade de diminuir o preço do produto para o consumidor *self-service*, pela simples razão de que o salário de um funcionário, agora inexistente, não precisa mais ser computado no preço da mercadoria.

No referido livro, AZNAR peca bastante pela sua falta de entendimento das contradições e das diferenças que permeiam a vida social, assim como pelo tom apologético que emprega, baseando-se em fantasias e em ficção. A sociedade, a política e a economia formam um todo muito mais complexo do que a visão do autor pode alcançar. O seu "romantismo" se expressa também nesta seguinte passagem sobre a autoprodução:

*"Organizemos um outro espaço vital, em que, entre a sociedade e nós, colocaremos objetos mediadores, onde fabricaremos objetos, onde venderemos os objetos. Certamente, dentro do objetivo proposto, existe uma parte de mim, se estou envolvido nisto, se coloquei nisto afetividade. Mas é melhor vender uma parte de si, como objeto interposto, do que se jogar por inteiro, pés e mãos atados, nas engrenagens da mecânica social. O objeto (que eu fabrico e que eu vendo) é um escudo entre a sociedade e eu."*¹³²

CRAIPEAU é um autor mais crítico no que diz respeito às relações entre trabalho e tempo livre nas sociedades capitalistas. Ele não perde a noção da capacidade totalizante da racionalidade econômica e chama a atenção para o fato de que a evolução técnica não determina por si-mesma o futuro da humanidade. Ela transforma as condições das atividades humanas, ela aumenta o poder dos homens, mas

132. AZNAR, G., Op.Cit. p.255.

os seres humanos são os únicos responsáveis pelo seu uso.¹³³

Nesse sentido, ele afirma que o desenvolvimento das técnicas transforma todo o mundo da produção e do trabalho, mas não é possível prever se este desenvolvimento irá ou não imprimir "humanização" à sociedade. Nas suas palavras:

*"A automatização da produção não conduz automaticamente à liberação da humanidade. Esta liberação é resultado de lutas sociais de um novo tipo na escala do planeta. (...) As novas lutas sociais nascerão das contradições do sistema capitalista na medida em que elas aparecerão como intransponíveis se não houver mudanças radicais."*¹³⁴

Este autor reconhece, por exemplo, que a "revolução tecnológica" possibilita uma evolução social que ultrapasse o capitalismo, contanto que a exploração do trabalho não constitua mais o motor do lucro e do poder capitalistas. No entanto, não podemos confundir, na opinião do autor, uma "previsão lógica" com uma "promessa escatológica de um paraíso terrestre próximo". Além disso, nada garante que uma sociedade, "para além do capitalismo", propicie necessariamente a emancipação da humanidade.

Na opinião de CRAIPEAU, a vigência de um sistema totalmente automatizado pode também tomar outro rumo, fazendo com que

133. Esta questão nos remete à toda uma discussão já existente em torno da neutralidade da ciência e da técnica. Sobre este assunto, dois textos, em especial, devem ser consultados: GORZ, A., "Técnica, técnicos e luta de classes", in Crítica da divisão do trabalho, Martins Fontes, 1989 e HABERMAS, J., "Técnica e ciência enquanto ideologia", in Os Pensadores - Habermas.

134. CRAIPEAU, Y., "La fin du travail salarié", in Les Temps Modernes, pp. 68-69. (Grifo Meu)

uma "pequena minoria de tecnocratas" exerça a dominação sobre a população. Então, conclui o autor:

"A revolução tecnológica (...) tornará possível uma sociedade na qual os seres humanos poderão desenvolver livremente suas atividades, segundo seus gostos e suas aspirações, uma sociedade verdadeiramente humana, na qual poderá desabrochar a personalidade de cada um. Mas esta saída só será possível se homens e mulheres se unirem na luta pela sobrevivência do planeta e pela humanização da humanidade. A luta social e política é indissociável da luta pela ecologia (...)."135

Mas, tanto para CRAIPEAU como para muitos outros, a busca desta "humanização" passa pela necessidade imediata de encontrar soluções para a configuração negativa do tempo livre enquanto predominar o desemprego. A redução do tempo e da jornada de trabalho tem sido vista como uma alternativa viável, embora paliativa. É o que veremos a seguir.

135. Iden, p.73.

3. A REDUÇÃO DA JORNADA E DO TEMPO DE TRABALHO

"Pressuposta a produção comum, é essencial, naturalmente, a determinação do tempo. Quanto menos tempo necessita a sociedade para produzir, mais tempo obterá para outra produção, material ou espiritual. O mesmo ocorre com o indivíduo, a totalidade de seu desenvolvimento, de seu desfrute, de sua atividade, dependerá da economia de tempo."

Karl Marx, Grundrisse

A redução da jornada de trabalho já foi apontada no final do século XIX por MARX e LAFARGUE, não como uma possível solução para o desemprego - que não se constituía o principal problema da época¹³⁶ - mas como uma necessidade de ampliação do tempo livre para a emancipação do homem. LAFARGUE, por exemplo, proclama, em 1883, a jornada diária de três horas para que o trabalho possa significar uma fonte de prazer para o trabalhador. Referindo-se à necessidade de o proletariado tomar consciência de sua força na conquista desta jornada, ele diz:

136. Existe, no entanto, referências de MARX ao problema do aumento do exército industrial de reserva provocado pelo processo de acumulação do capital (decréscimo do capital variável em relação ao constante). É interessante citar uma nota feita por ele em O Capital sobre o conteúdo de um panfleto de protesto operário de 1863: "(...) Neste distrito há ocupação suficiente para empregar parcialmente todos, se o trabalho fosse adequadamente distribuído. Nós exigimos apenas um direito, quando pedimos aos patrões para podermos trabalhar apenas um tempo parcial, ao invés de obrigar uns ao trabalho excessivo, enquanto outros, em virtude da falta de ocupação, ficam constrangidos a viver da caridade alheia." Cf. "K. MARX: Produção progressiva de um excesso relativo de população ou exército industrial de reserva", in Marx/Engels, Col. Grandes Cientistas Sociais, nº36, ed. Ática, 3ª edição, 1989, nota 8, p.401.

"(...) o proletariado tem de calcar aos pés os preconceitos de regressar aos instintos naturais, proclamar os *Direitos da Preguiça*, muito mais nobres e sagrados que os *tísicos Direitos dos Homens*, dirigidos pelos advogados metafísicos da revolução burguesa; que se constranja a trabalhar apenas três horas por dia, a nada fazer e a andar em patuscadas o resto do dia e da noite."¹³⁷

N' *O Capital*, MARX dedica um grande capítulo à questão da jornada de trabalho, relacionando-a à extração da mais-valia. Essa discussão é fundamental para o entendimento do sentido da luta pela redução da jornada de trabalho. Em outro momento da mesma obra, MARX afirma que o reino da liberdade, onde "*o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina*", só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. No entanto, "*a condição fundamental desse desenvolvimento humano - do reino da liberdade - é a redução da jornada de trabalho.*"¹³⁸

No contexto de MARX, a necessidade de uma jornada "normal" de trabalho nasce da consciência dos trabalhadores de que o capitalista retira a mais-valia absoluta da extensão de seu trabalho por meio do trabalho excedente. Nas suas palavras:

137. LAFARGUE, P., O Direito à Preguiça, Editorial Teorema, Lisboa, 1977, p.30, (Versão em português de Portugal.)

138. MARX, K., "A fórmula trinitária", in O Capital, Livro 3, Vol.6, Civilização Brasileira, p. 942.

"O que de teu lado aparece como aumento de valor do capital, é do meu lado dispêndio excedente de força de trabalho. (...) Pondo de lado o desgaste natural da idade etc, preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, saúde e disposição normais que possuo hoje. (...) Paga-mes a força de trabalho de um dia quando empregas a de três dias. Isto fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. Exijo, por isso, uma jornada de trabalho de duração normal(...)"¹³⁹

Na busca da mais-valia, o capitalista acaba por impossibilitar que o trabalhador realize-se no seu tempo "de descanso". O aspecto cruel da exploração capitalista se expressa nesta longa passagem de MARX:

"Fica claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que todo seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical (...). Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por

139. MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol.1, Bertrand Brasil, 13ª edição, 1989, pp. 263 e 264.

trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo sempre que possível ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos (...) como se fôsse mero meio de produção. (...) O capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho." 140

Então, como deduz MARX, a jornada normal de trabalho só pode ser estabelecida enquanto resultado de constantes lutas entre capitalistas e trabalhadores, na medida em que é evidente a divergência de seus interesses.

Para GORZ, assim como para outros autores contemporâneos, o fim do desemprego estrutural e a sociedade do tempo livre só serão possíveis com a redução da jornada e do tempo de trabalho acompanhada de uma redistribuição da renda social, a qual deverá ser conquistada. Ele critica o fato de nossas sociedades se perguntarem como fazer para consumir a força de trabalho expulsa pela produção automatizada, ao invés de questionarem como fazer para que, no futuro, todo o mundo possa trabalhar muito menos e muito melhor, recebendo partes da riqueza socialmente produzida. Isso fica claro na

140. Idem, pp.300 e 301. E ainda: "Para proteger-se (...) têm os trabalhadores de se unir e como classe compelir a que se promulgue uma lei, que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos (...)" (p.344) Cf. também: Nota 131 da página 315. Dois belos filmes ilustram a situação da classe operária do final do século XIX, época de Marx: a produção cinematográfica francesa da obra de Emile Zola, "Germinal" e a produção belga "Daens - Um grito de justiça".

seguinte passagem:

"Uma nova perspectiva se abre para nós: a construção de uma civilização do tempo liberado. Mas, ao invés de ver aí uma tarefa exaltante, nossas sociedades dão as costas à esta perspectiva e apresentam a liberação do tempo como uma calamidade. (...) A redução da duração do trabalho nos é apresentada agora não como uma emancipação possível mas, como um sacrifício necessário e uma obrigação: a da divisão do trabalho e dos salários(...)."141

Então, para GORZ, a redução da jornada de trabalho tem que ser vista, sobretudo pela esquerda, como *"uma meta de transformação, no sentido de oferecer mais tempo disponível às pessoas"*.¹⁴² Mas, como lembra ARENDT, *"há um longo caminho a percorrer, desde a gradual diminuição das horas de trabalho, que vem constantemente progredindo há quase um século, até esta utopia"*. E ela complementa:

141.GORZ,A., "Bâtir la civilisation du temps libéré", in Le monde diplomatique, 1993.

142.GORZ,A., "A nova agenda", in BLACKBURN,R., Depois da queda, Paz e Terra, 1992, p.247. Curiosamente, GORZ reconhece um vínculo entre lazer e capital na seguinte frase: "Se o movimento socialista não se concentrar na vida cultural, interpessoal e comunitária tanto quanto na vida do trabalho, não conseguirá ter sucesso contra o lazer e a indústria da cultura, formadores de capital."(Idem, p. 247). Também em uma obra mais antiga, O socialismo difícil, RJ, Zahar, 1968, GORZ faz alusão - dentre outras coisas que poderiam nos levar a crer num lado "anti-capitalista"- à ilusão que o capitalismo cria nas pessoas através de estratégias que levam os consumidores a pensarem que são autônomos. Parece importante, então, perceber que GORZ oscila em relação aos seus posicionamentos, evidenciando algumas de suas contradições. Fica claro que a produção intelectual de GORZ é marcada por duas fases distintas, conforme indica Josué Pereira da SILVA, no seu texto "Trabalho e cidadania nos escritos de André Gorz", apresentado na ANPOCS, em 1994.

*"Se raciocinarmos em termos de períodos de tempo um pouco mais longos, o montante anual total de horas vagas de que o indivíduo atualmente dispõe parecer-nos-á menos uma conquista da modernidade que uma tardia aproximação da normalidade."*¹⁴³

O tempo liberado das necessidades e das obrigações econômicas é, no entendimento de GORZ, resultado positivo do desenvolvimento econômico e a esquerda deve priorizar essa capacidade da economia - como se a liberação dos princípios econômicos fôsse possível sob a vigência do sistema produtor mundial de mercadorias. A redução da jornada e do tempo de trabalho é, para este autor, a fórmula imprescindível para a qualidade de vida das pessoas e para equilibrar o nível de emprego. Mas, esta redução deve se dar de forma muito ampla e variada, conforme indica esta passagem:

"(...) A liberação do tempo só merece seu nome se oferecer a escolha entre larga gama de modalidades: redução da duração do trabalho diário, semanal, mensal (como em Québec) ou anual; direito ao ano sabático ou, como no Canadá, a um ano de férias a cada cinco anos; direito à uma extensa licença paternal de educação (trinta e seis meses na ex-Tchecoslováquia, doze a quinze meses na Suécia), com permanência de 70% a 90% do último salário, e a possibilidade, para os pais, de dividir e distribuir esta licença a seu critério;

143. ARENDT, H., A condição humana, Forense Universitária, 1987, p.145.

*generalização do direito à licença individual de formação que, na França, permite atualmente vinte e quatro meses de estudos pagos pelo equivalente à 70% do último salário; direito à licenças pagas para cuidar de um parente ou de um filho doente (fórmula sueca); etc."*¹⁴⁴

O que GORZ deseja, na verdade, é uma redução do tempo de trabalho acompanhada inevitavelmente por uma *"real autogestão do tempo e de horários"*, o que permitiria desenvolver uma *"cultura centrada nas atividades autodeterminadas"*.

A redução da duração do trabalho, vista por GORZ como solução para os problemas atuais do mundo do trabalho, deve ser alvo de críticas e é isto o que faz CARLEIAL¹⁴⁵. Esta mesma crítica é válida, no meu entender, para todos os autores que vislumbram a redução da jornada de trabalho como emancipatória, sem que se elimine os princípios da acumulação capitalista. CARLEIAL pensa num sentido mais crítico e afirma que a solidariedade entre trabalho e não-trabalho não ocorrerá e não permitirá ao homem uma vida melhor se ela se der sob o imperativo da mercadoria e do lucro.

Os principais argumentos encontrados pela autora para fundamentar sua crítica são: 1ª) a redução da jornada de trabalho é questionável na medida em que na Europa - onde a redução da jornada é mais efetiva - ocorre a substituição de um modelo coletivo por outro

144. GORZ, A., "Bâtir la civilisation du temps libéré".

145. CARLEIAL, L.M.F., "Racionalidade e trabalho - uma crítica a André Gorz", in São Paulo em Perspectiva, nº1, Vol.8, 1994.

modelo desagregado por ramo, setor ou empresa; 2º) há pouca evidência de que a redução da jornada de trabalho ocorra sem redução de salário; 3º) é pouco provável que a flexibilidade atual e crescente do mercado de trabalho seja compatível com a redução da jornada de trabalho; 4º) Gorz subestima a importância do movimento sindical ao considerar que os trabalhadores acabariam sendo cúmplices dos seus patrões ao lutarem pelo pleno emprego.

Acabar com a luta pelo pleno emprego e focalizar a atenção em direção à ampliação do tempo livre são os objetivos centrais dos sindicatos e da esquerda, na opinião deste autor. Somente quando isso ocorrer, as reivindicações salariais perderiam o lugar central que ocupam as demandas sindicais.

Compartilho inteiramente com algumas conclusões de CARLEIAL. Em primeiro lugar, fica claro que, mesmo diante da possível consciência da classe trabalhadora de que é preciso viver melhor, as determinações continuam sendo, em última instância, do capital. Em segundo lugar, é inevitável a percepção de que, para sobreviver na nossa sociedade, em todos os aspectos, o ser humano ainda precisa trabalhar. No caso das sociedades mais pobres, como a brasileira, por exemplo,

*"os movimentos dos homens na busca pelo trabalho são regidos, em grande parte, pela necessidade estrita de sobrevivência nas próximas 24 horas. Na falta do trabalho, o que resta é a barbárie."*¹⁴⁶

146. Idem, p.74. O capitalismo, mesmo na plenitude da relação capital x trabalho, cria condições para a vigência da barbárie.

Então, a principal crítica que deve ser feita a GORZ é a de que falta visualizar um ataque mais incisivo aos limites impostos pelo capitalismo à emancipação humana. Em alguns momentos, GORZ chega a identificar estes limites, mas ele não os considera como fundamentais.

Ele afirma que não é mais tempo de gerir o que existe e sim de imaginar e iniciar as transformações fundamentais possíveis de se realizarem em função das mudanças em curso. Entretanto, suas sugestões para que isso aconteça partem do princípio de que a sociedade já é harmônica e de que inexistente a "luta de classes". Indubitavelmente, se empresários, governo e trabalhadores tivessem os mesmos interesses, se estivessem voltados para a liberação real dos indivíduos, esta nova sociedade, pautada na emancipação do homem através do seu tempo livre, seria algo muito mais próximo de se tornar concreto. No entanto, a realidade tem nos mostrado que existe muito mais impedimentos do que possibilidades de confluência.

Além disso, na compreensão de GORZ, a automatização remete quase que necessariamente à uma gestão "para além " do capitalismo e também do socialismo. Esta nova forma de gestão da sociedade tem que dissociar o direito à uma renda da ocupação de um emprego. Nesse sentido, ela supõe o fim da sociedade de trabalho (pelo menos trabalho no seu sentido tradicional). No decorrer deste processo de mudança de gestão, são propostas, como medidas administrativas de curto a médio prazo, a redução e a redistribuição do trabalho. GORZ afirma:

"Se o trabalho durar ao menos trinta horas por semana, ele não será mais que uma atividade entre

*outras possíveis, tanto ou mais importantes que ele. A relação de submissão existente para o empregado mudaria: a mão-de-obra não aceitaria mais docilmente as decisões e o poder. A preservação da norma do pleno tempo tende fundamentalmente a preservar relações de dominação fundadas na ética do rendimento."*¹⁴⁷

A partir desta afirmação, resta perguntar: quais são os elementos reais que fundamentam a argumentação de que a redução do tempo de trabalho altera a relação de submissão dos trabalhadores para com seus "patrões"? Em outras palavras, qual é o elemento "revolucionário" necessariamente implícito na redução do trabalho? Por que a força de trabalho não mais aceitaria sua "alienação" a partir da redução do trabalho e por que isso não acontece antes mesmo de haver esta redução, por exemplo? O trabalho abstrato e o seu potencial de estranhamento deixa de existir apenas com a redistribuição do trabalho?

Uma redução do tempo de trabalho estranhado pode possibilitar uma eliminação do estranhamento? KURZ indica que não, em várias passagens de seu livro. Ele diz, por exemplo, que:

"Já não tem nenhum sentido (...) discutir 'reformas' isoladas, enquanto isso não acontece com a perspectiva da supressão radical da mercadoria moderna e de seu sistema mundial. Para possibilitar as atividades de remoção, mais do que necessárias há algum tempo (...) e a purificação necessária à sobrevivência (...), tem

147. GORZ, A., *Les chemins du paradis*, Galilée, 1983, p.78.

*que ser interrompido por toda parte e aniquilado, o quanto antes, esse sistema mundial da rentabilidade e dos processos abstratos de exploração em empresas. Tratar-se-ia de uma revolução de fato(...)."*¹⁴⁸

AZNAR¹⁴⁹, analisando a tendência de deslocamento dos empregos para o setor de serviços, chama a atenção para duas observações importantes: 1º) o campo das atividades de serviços é menor do que parece e, 2º) o setor de serviços também será quase totalmente invadido pelo fenômeno da produtividade, da tecnologia avançada.

Para AZNAR, defensor assumido da redistribuição do trabalho através da redução do tempo de trabalho e não só da jornada, diz que acreditar na capacidade do setor de serviços em assimilar os desempregados dos outros setores é negar a inevitável redução do nível de emprego em qualquer setor. Ele diz:

*"(...) os serviços começam também a ser autoprodutores, liberando cédulas sem bancários, cartas sem carteiro, encomendas sem vendedor. (...) Querer retardar a redução do nível de emprego nas sociedades industriais, em qualquer setor, na agricultura, na indústria, nos serviços, seria tão ilusório como querer retardar a força de uma corrente d'água só com as mãos."*¹⁵⁰

148. KURZ, R., O colapso da modernização, Paz e Terra, 1992, p.233.

149. AZNAR, G., Op.Cit., pp.35 e 36.

150. Iden, pp. 23 e 36.

Este autor proclama: o pleno emprego não voltará e é bom que isso aconteça! O mundo está mudando e precisamos reinventar o trabalho na medida em que ele diminui. É preciso, então, aprender tirar proveito das tecnologias sem tirar dos homens o direito "inalienável" ao trabalho. É preciso acabar com o medo e os tabus existentes em torno da redução da jornada de trabalho e, para isso, argumenta AZNAR, basta lembrar que, no século XIX, a redução da jornada de quinze horas para dez horas parecia absurda.

Os objetivos propostos por AZNAR, em defesa de uma "nova revolução", são basicamente três: reduzir o tempo de trabalho, repartir o desemprego e trabalhar em tempo escolhido.

Para se atingir esses objetivos, o autor propõe seis estratégias fundamentais, as quais compreendem algumas propostas objetivas. Elas podem ser assim sintetizadas:

1) *"Reduzir o tempo de trabalho sem reduzir os rendimentos"*:

- fazer as máquinas trabalharem mais, assegurar a compensação salarial em parte pela empresa e em parte pelo segundo cheque, representantes sindicais e patronais devem entrar em acordo, semana de 32 horas, semana de 4 dias com duas equipes.

2) *"A repartição do desemprego"*:

- não diminuir o tempo de trabalho e sim os salários, com o consentimento de todos, para evitar o desemprego. Esta seria uma saída para situação de profunda crise; esgotar as possibilidades de redução do tempo de trabalho, recorrendo à demissões voluntárias se for necessário.

3) *"Escolher por trabalhar menos, ganhar menos: a escolha do tempo parcial"*:

- implantar o tempo escolhido assegurando uma compensação financeira (segundo cheque) e flexibilizando os ritmos de trabalho, passar do tempo integral ao meio-tempo com compensação financeira, aposentadoria antecipada, o ano sabático a cada sete anos, recesso para formação dos empregados.

4) *"Todos os jovens para o meio-tempo"*:

- trabalho e formação profissional em alternância: extensão da formação até os 18 anos, trabalho-formação em alternância dos 19 aos 21 anos, serviço militar e civil ligados ao Estado para todos os cidadãos.

5) *"Suprimir o desemprego de longa duração"*:

- criar estruturas econômicas novas para assegurar emprego assalariado para todos, incentivar a formação de sociedades de inserção comunal/departamental/regional através do setor público e de comissões de empresa.

6) *"Criar empregos"*:

- lutar contra as destruições excessivas dos empregos (boicotar a distribuição *self-service* de combustíveis, por exemplo), estimular as empresas a empregarem (a curto prazo é preciso que o emprego faça parte dos objetivos da empresa), diminuindo os encargos sociais e penalizar as horas extras.¹⁵¹

Somente com a supressão do desemprego, segundo AZNAR, será possível caminharmos para uma sociedade de tempo livre.

O movimento de esquerda deveria ter esta sociedade como objetivo prioritário. Esse processo implicará necessariamente numa redistribuição dos ganhos de produtividade e o seu sucesso

151. Para maiores detalhes sobre a operacionalização destas propostas, Cf. AZNAR, G., Trabalhar menos para trabalharem todos, "Parte II - Redistribuir o emprego", da p.95 até 239.

depende exclusivamente das capacidades dos sindicatos e da organização dos empresários e governo, conforme indicaram GORZ e AZNAR. (Essa afirmação revela que, tanto para GORZ como para AZNAR, parece não existir contradição entre estas diferentes representações na sociedade, como se os esforços dos sindicatos se dirigissem para os mesmos fins que os esforços dos empresários ou do governo.)

Parece claro que uma grande parte dos autores que está pensando estas questões acaba encontrando, com algumas diferenças, na redução da jornada de trabalho, sem diminuição de salários ou com distribuição das riquezas produzidas, uma possível solução para a crise mundial do desemprego. Para isso, não seria necessário interromper o processo de desenvolvimento tecnológico, pelo contrário. SCHAFF, por exemplo, afirma com todas as letras:

*"Felizmente, é impossível deter a atual revolução industrial. Além do mais, isso seria indesejável e até prejudicial do ponto de vista social. Isso porque a atual revolução industrial não é uma calamidade: pelo contrário, contanto que certas condições sejam satisfeitas, ela se mostrará benéfica e abrirá novamente os portais do paraíso."*¹⁵²

A partir desta afirmação, não fica claro quais são as condições que deveriam ser satisfeitas para que a revolução tecnológica se mostre benéfica. Além disso, parece questionável se

152. SCHAFF, A., "O futuro do trabalho e do socialismo", in O socialismo do Futuro, nº 6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, 1993, p.22. (Grifo Meu)

esta revolução, em algum momento, abriu realmente os "portais do paraíso", o que compromete o termo "novamente", usado pelo autor. Logicamente, a questão se resolve conforme a compreensão que se tiver de "paraíso".

Não há como negar as vantagens das novas tecnologias (na informática, nas telecomunicações, na biotecnologia, na genética) que repercutem de maneira significativa no mundo todo mas, é preciso lembrar sempre que a automatização, produto do sistema capitalista, expulsa o homem da produção e que, mais do que idéias românticas, algumas atitudes em relação a isso devem ser tomadas, seja pelos governos, seja pela esquerda.

O rumo destas atitudes dependem, inevitavelmente, de um reconhecimento da verdadeira extensão do sistema produtor de mercadorias. MÉSZÁROS chama a atenção para isso, o que pode ser percebido pela seguinte afirmação:

"A questão central não se restringe em saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas - posto que é óbvio que o temos que fazer -, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade de perpetuação do processo de maximização dos lucros. (...) A contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência, de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos

devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e controle sociais." 153

Se a realidade tem confirmado que um número cada vez maior de bens e de serviços está sendo produzido sem o trabalho humano, são nebulosas ainda as perspectivas de soluções e de caminhos para uma repartição mais equitativa das riquezas e para uma utilização do tempo livre de forma mais plena de sentido. A possibilidade de redução efetiva da jornada de trabalho sem redução de salário é recusada pelo capital no mundo todo.

SCHAFF aponta que uma possível substituição do modelo clássico de propriedade privada por uma forma de sociedade coletivista - na medida em que haja distribuição da renda nacional - *"deve desagradar as classes dos proprietários, mas não há outra maneira de resolver o problema."*¹⁵⁴ Além disso, vale perguntar sempre: quem está sendo realmente beneficiado pelo desenvolvimento tecnológico e pelo desemprego que ele está provocando? Até quando essa estratégia vai perdurar?

Segundo ROBIN, é urgente um outro olhar sobre o mundo, uma outra maneira de ver os acontecimentos. Ele diz:

"Esta problemática é bastante complexa, na medida em que a mutação tecnológica caminha junto com a mutação cultural, com a redefinição do lugar do

153. MÉSZÁROS, I., A necessidade do controle social, Cadernos Ensaio, 1987, pp. 23-24 e p. 48. (Grifos do autor)

154. Iden, p. 22

*trabalho na sociedade, com as maneiras de produzir e de consumir e com o modo de repartição da riqueza. Também, com a explosão demográfica mundial, o desequilíbrio e degradação ecológica..."*¹⁵⁵

É crescente a preocupação com as outras conseqüências do desenvolvimento tecnológico, além do desemprego. Alguns autores reconhecem que os avanços pelos quais nossas sociedades estão passando evocam, conforme denominação de SCHAFF¹⁵⁶, os "Quatro Cavaleiros do Apocalipse". São eles: 1) o perigo das guerras devido ao aumento da quantidade e da qualidade na produção de armamentos, 2) a explosão demográfica, 3) a poluição do ambiente devido ao crescente produtivismo e consumismo desenfreados do mundo industrializado e 4) o aumento da pobreza, da fome, de doenças, de falta de moradia que se acentuam com a eliminação do trabalho.

Na opinião de FREYSSINET¹⁵⁷, alguns sindicatos ainda são céticos diante da redução da jornada de trabalho, pois ela é percebida como uma renúncia à busca do pleno emprego. Assim, os sindicatos acabam resumindo suas lutas na busca de uma política pelo crescimento econômico e pela criação de empregos esquecendo da luta pela qualidade de vida fora do trabalho. Aliás, com o aumento do desemprego, o tempo livre ganha uma dimensão negativa (na medida em que está associado a ele) e os trabalhadores acabam lutando pelo

155. ROBIN, J., "Le sort de la liberté en jeu", in Le monde diplomatique, 1993.

156. SCHAFF, A., "O futuro do trabalho e do socialismo", in O futuro do socialismo, nº6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, 1993, p.13.

157. FREYSSINET, J., "Méfiances des syndicats européens", in Le monde diplomatique, 1993.

emprego - a única fonte de renda para sua sobrevivência - e não pelo tempo livre.

Na opinião de DE MASI, só há uma solução para o desemprego: a redução radical da jornada de trabalho. Na "sociedade pós-industrial" cabe ao homem apenas ser criativo pois, a criatividade se torna mais importante que a execução.

*"Os valores de padronização, especialização e sincronização foram substituídos. Agora contam a qualidade da vida, a intelectualização, a afetividade e a desestruturação do tempo e do espaço, ou seja, fazer uma mesma coisa em tempos e lugares diferentes. Na sociedade pós-industrial existe a possibilidade de prosperidade sem trabalho. Mas, infelizmente, é administrada com critérios antigos."*¹⁵⁸

A possibilidade de uma vida próspera sem trabalho não implica, no meu entender, apenas uma questão de "administração", conforme indica DE MASI. Fica lançada a questão: será que um capitalismo melhor administrado seria capaz de propiciar aos homens uma vida de "prosperidade sem trabalho" ?

DE MASI confirma que a tendência mundial é o aumento do desemprego gerado pelo uso das tecnologias, mas ele ainda pensa em redistribuir o trabalho nos moldes da proposta de Keynes de 1930.¹⁵⁹

158. DE MASI, D., "Sociedade pós-industrial exige direito ao lazer", *TENDÊNCIAS*, O Estado de São Paulo, Domingo, 6 de março de 1994.

159. John M. Keynes publica a "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936 em função da grande depressão de 1929-33 na Inglaterra e nos Estados Unidos e da ineficácia da Teoria Clássica (do laissez-faire) ao entregar a solução da crise às forças do mercado. Keynes era avesso à idéia da "mão invisível" e da criação do pleno emprego a longo prazo. Ele argumentava que não existia nada inerente ao sistema que modificasse uma economia em depressão e que o equilíbrio poderia ser alcançado sem que houvesse necessariamente o pleno emprego pois, qualquer nível de produto e emprego pode favorecer o equilíbrio econômico. Seria preciso, então, criar empregos a curto prazo nos mais diferentes campos. Cf. KEYNES, J. M., A Teoria Geral do Emprego,

Conforme suas palavras:

*"Todos devem trabalhar três horas por dia. Não é necessário mais do que isso.(...) A jornada de trabalho tradicional de oito horas é uma necessidade social, não de produção.(...) Se hoje a jornada de trabalho na Europa fosse de cinco horas, o número de empregos não aumentaria, porque seria eliminado o tempo inútil, o desperdício. Hoje, para dar pleno emprego, a jornada deveria ser em média de duas horas, ou seja, trabalhar um ou dois dias por semana."*¹⁶⁰

No meu ponto de vista, o autor equivoca-se ao afirmar ser uma "necessidade social" a jornada de trabalho de 8 horas. Esta jornada corresponde, na verdade, à uma necessidade (destrutiva) do capital. A jornada de duas horas, proposta por DE MASI, está mais próxima de corresponder à uma efetiva "necessidade social". A resistência do capital em adotá-la pode ser uma pista disso pois, para o capital, a redução da jornada de trabalho é inteiramente desinteressante.

Para este autor, a redução da jornada de trabalho não só possibilitaria mais empregos como também um novo tipo de consumo: o cultural. Ele acredita que o preenchimento do tempo livre gerado pela sociedade "pós-industrial" deverá ser baseado no consumo de música, jornal, esporte, TV, cinema e mais atividades sociais, ou seja, o tempo livre deverá ser bem vivido. Uma nova educação, na sua

...Continua...

do Juro e da Moeda, SP, Atlas, 1982.

160. DE MASI, D., Op.Cit.

opinião, ajudaria o homem a não ter necessidade de coisas novas e a dar valor ao que já se tem; isso é o oposto da mentalidade das sociedades industriais, para a qual a sedução é maior sobre aquilo que não se tem. Para DE MASI, a educação deve servir, numa nova sociedade, para que as pessoas vivam melhor durante as horas em que não estão trabalhando.

SCHAFF também cita a necessidade de uma "educação contínua" para que o homem possa voltar à ocupações profissionais socialmente úteis e socialmente organizadas, de forma a melhor substituir as atividades do trabalho no seu sentido mais tradicional.

Mas, será que a liberação do tempo do trabalhador provocada pela automatização, está caminhando no sentido de sua humanização, no sentido da emancipação humana ? Será que essa educação para um tempo livre bem vivido é possível a partir dos nossos valores vigentes?

A idéia de que as transformações científicas e tecnológicas não alteram somente o campo da produção, mas também as relações sociais é discutida por SCHAFF, que está preocupado não só com as questões do emprego - e do desemprego - mas também com a educação e a cultura. Ele concorda que a redução da jornada de trabalho, através de uma redistribuição do trabalho seja uma solução para o desemprego estrutural mas, salienta que essa medida deve significar apenas o início de um processo maior de distribuição de renda.

SCHAFF acredita que esse processo de redistribuição de riquezas possa gerar uma crise importante entre os sindicatos e os empresários na medida em que estes serão responsabilizados pelos custos da nova distribuição. Ele diz que "*a nova revolução industrial traz consigo uma situação potencialmente revolucionária*", pois os

trabalhadores não aceitarão ter seu nível de vida rebaixado com a redução ou mesmo a eliminação de sua jornada de trabalho.¹⁶¹

Não há dúvidas de que a sociedade evolui em função das relações sociais que determinam e são determinadas pela utilização das técnicas e, por isso, CRAIPEAU, SCHAFF, AZNAR e GORZ, sublinham, com algumas variantes, a necessidade de um outro tipo de desenvolvimento econômico que não seja comandado pelo produtivismo e pela racionalidade econômica e que esteja a serviço da população e do equilíbrio da natureza.

MANDEL também defende a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, como uma medida paliativa para o problema do desemprego. Ele reforça a idéia de que o movimento sindical deverá ter como meta prioritária a repartição do trabalho existente em jornadas de trabalho de 30 horas semanais.

No entanto, ao fazer referências à MARX, este autor lembra que uma redução da jornada de trabalho só poderá trazer reais benefícios físicos, morais e intelectuais aos trabalhadores se a lógica que causa o estranhamento do trabalho for suprimida. MANDEL cita um parágrafo de MARX, onde a necessidade do tempo livre é exaltada:

"(...) O tempo é o campo do crescimento humano. Um homem que não dispõe de qualquer lazer, cuja vida inteira, a não ser por simples interrupções para comer, dormir etc, fica açambarcado pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina de produzir riquezas para

161. SCHAFF, A., A Sociedade Informática, p.32. Esta discussão também está presente em seu texto "O futuro do trabalho e do socialismo".

*outros, esmagado fisicamente e brutalizado intelectualmente."*¹⁶²

Então, MANDEL aponta para a impossibilidade da emancipação humana ser alcançada no sistema capitalista. O desenvolvimento da riqueza geral e das faculdades gerais da humanidade não pode ser atingido sob o capitalismo, onde a produção tem como base o valor-de-troca. Ele diz:

*"Sob o capitalismo, a automação total, a introdução de robôs em grande escala são impossíveis pois implicariam na desapareção de economia de mercado, do dinheiro, do capital e dos lucros. Numa economia socializada, a robótica seria um maravilhoso instrumento de emancipação humana. Ela possibilitaria a semana de trabalho de 10 horas. Ela dotaria os homens e as mulheres de todo o tempo necessário à auto-gestão da economia e da sociedade, voltada para o desenvolvimento de uma individualidade social rica para todos os seus membros. Permitiria a desapareção da divisão social do trabalho entre administradores e administrados, a rápida desapareção do Estado, de toda coerção ou violência entre os seres humanos."*¹⁶³

Uma sociedade de classes, ou seja, uma sociedade composta por grupos diferentes entre si no que diz respeito às formas

162. MANDEL, E., "Marx, a crise atual e o futuro do trabalho humano", texto avulso, Nota 8, p.34

163. *Idem*, p.16. (Grifo Meu)

de apropriação, às oportunidades, ao conhecimento e às possibilidades de consumo, não comporta uma distribuição igual de trabalho e de tempo livre, segundo MANDEL, lembrando o próprio MARX. O capitalismo é opressivo e não tem como propiciar a realização humana em sua totalidade, mesmo que tenha capacidade de aumentar o tempo livre. Isso porque, numa sociedade de classes, marcada pela desigualdade, o tempo livre é aumentado somente para uma minoria, enquanto que numa sociedade sem classes *"a apropriação e o controle do sobreproduto social pelos produtores associados significará uma redução radical do tempo de trabalho (do trabalho necessário) para todos, um aumento radical do tempo livre para todos."*¹⁶⁴

SCHAFF e CRAIPEAU parecem ser os autores mais preocupados com a necessidade de não desvincular a luta pela redução da jornada de trabalho de outras lutas sociais, como sendo a via para a emancipação humana. Assim, a criação de empregos se torna secundário, na medida em que há suposição de uma sociedade radicalmente oposta à atual. MANDEL também se mostra preocupado com a necessidade de criar empregos, mas indica com clareza a impossibilidade de se atingir a emancipação humana sob a lógica do capital, o que CRAIPEAU também acaba fazendo.

Outros autores desenvolvem a idéia de um tempo livre contaminado pela racionalidade econômica do capitalismo. ADORNO, por exemplo, acredita que durante o tempo livre se prolonga uma escravidão inconsciente para os homens imposta pela indústria. Ele diz:

164. Id., *Ibid*, p.17 e 18.(Grifo meu)

*"(...) essa atividade que se entende em si mesma como o contrário de toda coisificação também se coisifica. (...) No tempo livre, continuam as formas da vida social organizada segundo o regime do lucro."*¹⁶⁵

Ele supõe que a produção não só regula o consumo no processo da vida material, como também a dimensão espiritual, o que justifica a existência da "indústria cultural".¹⁶⁶ ADORNO afirma:

" De um lado, durante o trabalho tem que se concentrar, não se distrair, não se divertir(); sobre essa base se estabeleceu o trabalho assalariado e suas regras foram interiorizadas. De outro lado, o tempo livre, provavelmente para que depois o rendimento seja melhor, não tem que recordar em nada o trabalho. Tal é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre."*¹⁶⁷

165. ADORNO, T., "Tiempo Libre", in Consignas, Amorrotu ed., s.d., p.56

166.A indústria cultural é objeto de estudo da Escola de Frankfurt e significa, na expressão de T.Adorno e H. Horkheimer, uma forma de manipulação da massa através dos meios de comunicação, típica do capitalismo monopolista (etapa de pura degenerescência do Iluminismo). Cabe à indústria cultural, na opinião desses autores, a transposição da arte à esfera do consumo, desfigurando o sentido do divertimento, além da criação permanente das necessidades nos consumidores. "A indústria cultural realizou o homem como ser genérico. Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir." (Cf. ADORNO,T. e HORKHEIMER,H., "A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação de massas", in LIMA,L.C.(org.), Teoria da Cultura de Massa , RJ, Paz e Terra, 1978)

(*)No texto em espanhol o tradutor de ADORNO coloca o verbo "travesear", cuja tradução para o português pode ser de "fazer travessuras", "ser sapeca". Coloco "divertir-se" como um verbo que melhor lembra a idéia de "ser travesso".

167. ADORNO,T., Op.Cit., p.56

Segundo ele, tanto foi negado ao homem o estado de liberdade que ele não é mais capaz de desfrutá-lo. Suas diversões, de certa forma, lhe são "impostas" pela necessidade de reparar as forças consumidas no trabalho. Assim, o tempo livre é necessariamente "poluído" pelas exigências do trabalho, sendo que há uma determinação deste sobre aquele.

Conforme ADORNO, *"O tempo livre não só se contrapõe ao trabalho. Num sistema onde a ocupação constante constitui o ideal, o tempo livre é também uma projeção direta do trabalho."*¹⁶⁸ Ou seja, as atividades que preenchem o tempo livre - o qual, teoricamente, se contrapõe ao trabalho - acabam refletindo diretamente um certo ritmo do trabalho. Além disso, no nosso sistema, a ocupação constante é um ideal de vida, o que justificaria a necessidade de preenchimento do tempo livre com atividades, como se este tempo não pudesse simplesmente deixar de ser ocupado. O autor acredita, por exemplo, que na prática dos esportes mais populares, o corpo humano se adentra aos modos de comportamentos mais ou menos semelhantes aos do trabalho. Ele afirma que o *fitness* para o trabalho constitui uma das finalidades secretas do esporte.

Também BOTTOMORE aponta para alguns problemas do lazer na sociedade regida por um trabalho estranhado. Ele diz:

"O trabalho e o lazer não podem ser isolados um do outro, especialmente em sua influência sobre as atitudes sociais do indivíduo. O homem que gasta suas horas de trabalho numa posição subordinada, ocupado

168. ADORNO, T., "Tiempo Libre", p.61

constantemente em tarefas maçantes e sem importância, em meio circundante desprovido de beleza, dificilmente será capaz de exprimir-se de maneira completa, como pessoa ativa e criadora, durante o seu tempo de lazer."¹⁶⁹

Assim sendo, para o desenvolvimento de um lazer mais "realizador" para o ser humano, o autor acredita ser necessário haver modificações na organização do trabalho e na sociedade como um todo. Ele chega a reclamar ainda um aumento da oferta pública de oportunidades para o "lazer ativo", em função do crescente desenvolvimento tecnológico. BOTTOMORE critica o lazer das sociedades modernas como sendo "passivo", ou seja, como aquele que não exige a participação criativa do indivíduo. Seus exemplos são a televisão e o jogo. Conforme suas palavras:

"Os programas de televisão podem encorajar certas pessoas a praticar um esporte ou uma distração qualquer, de maneira ativa, ou a estudar uma determinada arte ou ciência, mas para um número muito maior de pessoas, eles constituem um substituto para a atividade individual, um meio de viver artificialmente. O jogo, que oferece a muitas pessoas a excitação que falta no trabalho é também uma tentativa de escapar ao tédio do trabalho, através da riqueza que a sorte pode trazer subitamente, mas sem

169. BOTTOMORE, T.B., "Indústria, Trabalho e Socialismo", in As classes na sociedade moderna, Zahar, 1968, p.106.

qualquer concepção clara de uma forma alternativa de vida."¹⁷⁰

Toda essa discussão sobre a redução da jornada de trabalho sugere uma curiosa questão, de certa forma levantada por OFFE¹⁷¹, qual seja: será que a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho ocorre - quando ocorre - pela necessidade consciente dos trabalhadores terem maior tempo livre ou pelo desejo de gerar mais empregos para outras pessoas? Dito de outra forma: será que os trabalhadores têm consciência da necessidade de ampliar seu tempo livre como uma possibilidade de melhoria de vida? Ou a necessidade de ter um emprego para poder sobreviver se sobrepõe? Em que medida, afinal, o tempo livre é uma necessidade para os trabalhadores? Eles vêm na ampliação do tempo livre uma possibilidade de emancipação ou apenas um momento de recuperação de suas forças física e mental?

É necessário reconhecer que a luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho é uma reivindicação importante, não só porque implica num aumento do tempo livre, como também porque acaba sendo uma alternativa, a curto prazo, para o desemprego. No entanto, é absolutamente imperativo admitir que ela não leva à emancipação humana, como pretendem certas teorias que aqui foram abordadas exaustivamente.

Diminuir o tempo de trabalho pode ser uma alternativa para o desemprego, mas enquanto não acabar com o universo totalizante

170. Idem, p.106 (Grifo Meu)

171. OFFE, C., HINRICHS, K., WIESENTHAL, H., "A Disputa pelo Tempo - A jornada de trabalho nos conflitos sócio-políticos e industriais", in OFFE, C., Trabalho e Sociedade, Vol.1.

do capital, não possibilitará que o tempo livre seja realmente livre, porque, embora reduzido, o trabalho continuará estranhado.

A análise crítica de ADORNO ajuda a confirmar a impossibilidade de efetivação do tempo livre cheio de sentido sob a prevalência da racionalidade econômica. Isso fica evidente em várias passagens do seu texto, como por exemplo:

*"(...) o tempo livre tende, ao contrário de seu próprio conceito, a transformar-se em paródia de si mesmo. Nele se prolonga uma escravidão que, para a maioria dos homens escravizados, é tão inconsciente como a própria escravidão de que eles padecem."*¹⁷²

Então, enquanto predominar a racionalidade econômica do capital, não será suficiente reduzir o tempo de trabalho e ampliar o tempo livre para que a sociedade se emancipe e se liberte do estranhamento, pois este tempo continuará sendo regido pela lógica do capital, em maior ou menor grau. É importante lembrarmos que o tempo, como afirmou BERNARDO, *"é substância das relações sociais capitalistas"* e que *"o capitalismo tem-se revelado cada vez mais avassalador e intensivo. É um sistema estruturalmente totalitário."*¹⁷³

É exatamente este caráter abrangente e totalizante do capitalismo que torna tempo livre e racionalidade econômica um par imperfeito.

172. ADORNO, T., Op.Cit., p.55.

173. BERNARDO, J., Op.Cit., p.403 e 405. (grifo meu)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Se a sociologia estuda o homem inteiro, vinte e quatro horas por dia, é preciso que a vida humana inteira esteja implicada nessa análise, aí compreendidos o repouso, o sono, o lazer e a ociosidade."

Agnes Heller, La théorie des besoins chez Marx

Este estudo procurou dissertar criticamente sobre a categoria "tempo livre", de forma a evidenciar suas principais limitações.

No capítulo 1, foi apontado o processo de transição do sistema fordista de produção para o sistema de acumulação flexível, para que, através de uma caracterização destes sistemas, pudesse ser contextualizado o mundo do trabalho, bem como algumas das suas tendências atuais. A observação das mudanças do e no trabalho, permite uma contextualização da problemática atual do tempo livre. São, incontestavelmente, as inovações tecnológicas, informacionais e organizacionais, introduzidas no mundo do trabalho, que têm possibilitado a ampliação do "tempo livre", ainda que caracterizado por um enorme desemprego.

No capítulo 2, são abordados os conceitos que dizem respeito, direta ou indiretamente, à categoria tempo. Parte-se do princípio que a organização do tempo de uma sociedade está intimamente relacionada às suas formas de produção material. Sendo assim, existe relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho ou tempo livre. Esta relação acaba influenciando, de forma geral, a

conceitualização de termos como *lazer*, *tempo liberado*, *tempo disponível*, *tempo livre* e *ócio*.

A maior crítica feita à forma como são elaborados estes conceitos é que eles acabam sendo "funcionalistas", na medida em que tempo livre e lazer são pensados como tempos necessários para atividades ou descanso que visem prioritariamente a compensação do trabalhador para que ele possa voltar novamente ao trabalho um pouco mais recuperado. O lazer e o tempo livre acabam recebendo, então, uma conotação positiva enquanto dotados de "poderes mágicos" sobre os seres humanos.

No capítulo 3, a discussão gira em torno da redução do tempo e da jornada de trabalho como alternativa para amenizar o problema crescente do desemprego. No entanto, a idéia, defendida pela maioria dos autores, de que a redução da duração do trabalho acarreta um aumento de liberdade e autonomia humanas, é criticada. GORZ é a expressão maior desta idéia, o que fica claro através da seguinte passagem:

"Além de um aumento de volume de bens e de serviços, a economia produz massivamente, hoje, esta fonte cardinal que, para os fundadores da teoria moderna, deveria ser "a verdadeira medida da riqueza": o tempo liberado das necessidades e das obrigações econômicas. "Os homens que trabalhavam doze horas só trabalharão seis e é esta a riqueza nacional, a prosperidade nacional (...). A riqueza é liberdade, ela é tempo disponível e nada mais" (...)"¹⁷⁴

174. GORZ, A., "Bâtir la civilisation du temps libéré", in Le monde diplomatique, março de 1993. Gorz cita, nesta passagem, um discípulo anônimo de Ricardo, de 1821, lembrado por Marx.

A maior crítica feita aos defensores desta idéia é de que trata-se de uma contestação assimilável pela ordem. É preciso ter bem claro que, ao tematizar o tempo livre, não se pode desconsiderar a forte relação que este guarda com a lógica do capital, a qual preside a organização social.

Não há dúvidas - e isso foi repetidamente afirmado no decorrer deste estudo - de que a evolução das tecnologias possibilita uma diminuição do tempo de trabalho necessário e um aumento do tempo livre, mas a evolução das tecnologias não possibilita, por si só, que o tempo livre seja mais importante que o trabalho e que ele seja cheio de sentido. Isso porque inovação tecnológica não é sinônimo de emancipação.

E sabe-se também que o atual desemprego é tecnológico. Se a produção de mercadorias, inerente ao sistema do capital, se afasta das necessidades humanas e sociais - o que se confirma com a lembrança feita por MÉSZÁROS de que o capital subordina o valor-de-uso ao valor-de-troca - parece óbvio que o "comportamento" do capital visa a sua reprodução e não as necessidades reais dos homens.

Para ampliar a sua reprodução, ele cria constantemente novas necessidades nos seres humanos, de forma que a necessidade humana é subsumida à necessidade do capital, a autonomia é oprimida pela heteronomia. No entanto, como afirma MÉSZÁROS,

"(...) seria desejável, em princípio, que mais e mais recursos de uma sociedade fossem destinados à produção de bens re-usáveis - de habitações duráveis e esteticamente agradáveis a meios de transporte rápidos

e confortáveis, ou ainda, de esculturas e pinturas a obras de arte literárias ou musicais - contanto que as necessidades básicas de todos os membros da sociedade estivessem adequadamente atendidas." 175

Parece evidente, então, que as principais limitações do tempo livre contemporâneo estão na própria estrutura totalizante do capitalismo. A análise da maioria dos autores abordados neste estudo, GORZ à frente, prescindem de uma compreensão mais precisa destas limitações. Parece primordial considerar, no entanto, que o homem só pode ser verdadeiramente livre quando se livrar das coações - externas e internas, físicas e morais - que compõem a sociedade capitalista.

Então, resta perguntar: Quais são os efeitos do caráter totalizante e opressivo do capitalismo? Quais são os limites de seu alcance? Como é que podemos pensar num tempo livre autêntico? Quando se fala em emancipação tangível através da ampliação do tempo livre, que dimensões da ordem capitalista deveria ser suprimida?

As respostas para estas perguntas não são simples, mas pode-se afirmar que a ampliação do tempo livre dos trabalhadores dispensados da produção e dos serviços não consegue se transformar em ampliação de liberdade, de criatividade, de realização, de vida cheia de sentido e de felicidade. Isso, enquanto o capitalismo conseguir aumentar o tempo livre e manipulá-lo segundo sua lógica, seja transformando-o em desemprego, seja preenchendo o tempo liberado com consumo de mercadorias e de entretenimentos.

175. MÉSZÁROS, I., Produção destrutiva e Estado capitalista, Cadernos Ensaio, 1989, p.17. (grifo meu)

Para que o tempo livre seja verdadeiro e cheio de sentido, o rompimento com a lógica do capital e com a sociedade fundada no mercado é decisivo.

Então, se voltarmos à pergunta norteadora deste estudo - "Será possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da real satisfação das necessidades humanas?" - a resposta certamente será negativa. O entedimento dos mecanismos da racionalidade econômica capitalista e do processo global da produção capitalista, como foram apontados aqui, leva à esta resposta.

Tempo livre e racionalidade econômica jamais formarão um par perfeito, mesmo que o tempo livre continue tendo a sua importância enquanto reivindicação. Mas, a emancipação humana é algo muito mais complexo.

* * *

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T., "Tiempo Libre", in Consignas, Buenos Aires, Amorrortu ed., s.d.

ALBANO, M.C., LEMOS, C.B., "Reflexões sobre o consumo como forma de sociabilidade e lazer nos centros urbanos contemporâneos", texto s/ referências.

ANTUNES, R., Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, SP, Editora da Unicamp/Cortez Editora, 1995.

ARENDT, H., Cap. III: "Labor" e Cap. IV: "Trabalho", in A Condição Humana, RJ, Forense Universitária, 1987.

ATTALI, J., Histoires du Temps, Librairie Arthème Fayard, 1982.

AZNAR, G., Trabalhar menos para todos trabalharem, SP, Scritta/Página Aberta, 1995.

BACAL, S., Lazer: Teoria e Pesquisa, SP, Loyola, 1988.

BERNARDO, J., "Depois do marxismo, o dilúvio?", in Educação e Sociedade, nº43, dezembro de 1992.

BOTTOMORE, T.B., "Breves notas críticas sobre o trabalho e o desemprego", in O Socialismo do Futuro, nº6, Instituto Pensar/ Fundação Sistema, Salvador/Madri, julho de 1993.

-----, "Indústria, Trabalho e Socialismo", in As Classes na Sociedade Moderna, Zahar, RJ, 1968.

CAMARGO, L.O., O que é lazer, SP, brasiliense, 1986.

CARLEIAL, L.M.F., "Racionalidade e trabalho - uma crítica a André Gorz", in São Paulo em Perspectiva: Trabalho, Globalização e Tecnologia, Vol. 8, nº1, SP, SEADE, jan./mar. 1994.

- CASAMAYOR, La Tolérance, Ed. Gallimard, 1975.
- CLARKE, S., "Crise do fordismo ou crise da social-democracia?", in Lua Nova, nº24, SP, CEDEC, 1991.
- CRAIPEAU, Y., "La fin du travail salarié", in Les Temps Modernes, xerox.
- CUNHA, N., A Felicidade Imaginada - a negação do trabalho e do lazer, SP, brasiliense, 1987.
- DE GRAZIA, V., "La taylorisation des loisirs ouvriers: les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste", in Recherches, Le Soldat du Travail, nº33/34, Paris, setembro de 1978.
- DE MASI, D., "Sociedade pós-industrial exige direito ao lazer", in TENDÊNCIAS, Jornal O Estado de São Paulo, Domingo, 06 de março de 1994. (Pág. D3)
- DUMAZEDIER, J., Valores e conteúdos culturais do lazer, Série Lazer, SP, SESC, 1980.
- , A teoria sociológica da decisão, Série Lazer, SP, SESC, 1980.
- DUPUY, J.P., "Le culte des heures fertiles", in PROJET nº 97, Paris, jul./ago. 1975.
- ELSTER, J., "Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista de boa-vida", in Lua Nova, nº25, CEDEC, SP, 1992.
- FALEIROS, M.I.L., "Repensando o Lazer", in Perspectivas, nº3, SP, 1980.
- FORJAZ, M.C., "Lazer e consumo cultural das elites", in Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº6, Vol.3, SP, fevereiro de 1988.
- FREYSSINET, J., "Méfiances des syndicats européens", in Le Monde Diplomatique, março de 1993.

- FRIEDMANN,G., "Os lazeres e a insatisfação do trabalho", in Q Trabalho em Migalhas, SP, Perspectiva, 1983.
- FROMM,E., A Revolução da Esperança - Por uma Tecnologia Humanizada, SP, Círculo do Livro, s.d.
- GÄELZER,L., "O compromisso social da educação para o tempo livre", in Reflexão: Lazer e Trabalho, nº35, Campinas, PUCAMP,1986.
- GORZ, A., Adeus ao Proletariado - Para além do Socialismo , RJ, Forense Universitária, 1987.
- , Métamorphoses du Travail: Quête du Sens - Critique de la Raison Economique, Paris, Galilée, 1988.
- , Les Chemins du Paradis - L'Agonie du Capital, Paris, Galilée, 1983.
- , O Socialismo Difícil, RJ, Zahar, 1968.
- , "A Nova Agenda", in BLACKBURN,R., (org.), Depois da Queda, RJ, Paz e Terra, 1992.
- , "O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos", in O Socialismo do Futuro, nº6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, Madrid/Salvador, julho de 1993.
- , "Bâtir la civilisation du temps liberé", Le Monde Diplomatique", março de 1993.
- , "Técnica, técnicos e luta de classes", in Crítica da Divisão do Trabalho, SP, Martins Fontes, 1989.
- GOUNET,T., "Luttes concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile", in Etudes Marxistes, nº10, Bélgica, maio de 1990.
- GRAMSCI,A., "Americanismo e Fordismo", in Maquiavel, a política e o Estado Moderno, RJ, Civilização Brasileira, 1989.

GUERRA,A., "A revolução tecnológica e o futuro do trabalho", in O Socialismo do Futuro, nº6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, Salvador/Madri, julho de 1993.

HABERMAS,J., "A nova Intransparência - A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Esgotamento das Energias Utópicas", in Novos Estudos CEBRAP, nº 18, setembro de 1987.

-----, "Técnica e Ciência enquanto "ideologia", in Habermas - Os Pensadores - XLVIII,

HARVEY,D., Condição Pós-Moderna, SP, Loyola, 1993.

HELLER,A., "Cap.II: De la cotidianidad a la generidad", in Sociología de la vida cotidiana, Barcelona, Península, 1977.

JEANNIERE,A., "Horloges et temps gaspillé - Temps et culture", in PROJET, nº97, Paris, jul./ago. 1975.

HOLZ,H. et alii, Conversando com Lukács, RJ, Paz e Terra, 1969.

KURZ,R., O colapso da modernização, RJ, Paz e Terra, 1992.

LAFARGUE,P., O Direito à Preguiça, editorial Teorema, Lisboa, 1977.

LIPIETZ,A., Audácia - Uma Alternativa para o Século XXI, SP, Nobel, 1991.

MAGALHÃES, T.C., "A categoria de trabalho (labor) em H. Arendt", in Ensaio, nº14, SP, Editora Ensaio, 1985.

MANDEL,E., "Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain", Quatrième Internationale, nº20, maio de 1986. Utilizada também a tradução para o português feita por José Almeida de Souza Jr., texto avulso.

-----, O Capitalismo Tardio, Col. Os Economistas, SP, Editora Nova Cultural, 1985.

-----, "Neoconservadorismo solapa as liberdades democráticas", in Caderno MAIS !, Jornal Folha de São Paulo, Domingo, 11 de abril de 1993.

- MARCELLINO, N.C., Lazer e Humanização, SP, Papirus, 1983.
- , Lazer e Educação, SP, Papirus, 1990.
- , "Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia ?", mimeo, FEF-UNICAMP, 1992.
- MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol.1, 13ª edição, RJ, Bertrand Brasil, 1989.
- , O Capital, Livro 3, Vol.6, Cap. XLVIII: "A Fórmula Trinitária", Civilização Brasileira,
- , "Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844", in FROMM, E., Conceito Marxista do Homem, RJ, Zahar, 1983.
- , Capítulo VI Inédito de O Capital - Resultados do Processo de Produção Imediata, SP, Editora Moraes, s/d.
- MARX, K., "Entrevista com o fundador do Socialismo Moderno", (Chicago Tribune/Dezembro de 1878), apresentação e tradução de Bert Andréas, in Marx Hoje, Cadernos Ensaio, nº 1, Vol.1, SP, Editora Ensaio, 3ª edição, 1990.
- MARX, K., e ENGELS, F., A Ideologia Alemã (Feuerbach), SP, Editora Hucitec, 1989.
- MÉSZÁROS, I., A necessidade do controle social, SP, Ensaio, 1987.
- , Produção Destrutiva e Estado Capitalista, SP, Ensaio, 1989.
- , "Política Radical e Transição para o Socialismo - Reflexões sobre o Centenário de Marx", in Marx Hoje, Cadernos Ensaio, nº 1, Vol.1, 3ª edição, SP, Editora Ensaio, 1990.
- OFFE, C., "Trabalho como categoria fundamental?" , in Trabalho e Sociedade, Vol.1, A Crise, RJ, Tempo Brasileiro, 1989.
- et alii, "A disputa pelo tempo - A jornada de trabalho nos conflitos sócio-políticos e industriais", in Trabalho e Sociedade, Vol. 1, RJ, Tempo Brasileiro, 1989.

PARKER, S., "O lazer e o Trabalho", in A Sociologia do Lazer, RJ, ZAHAR, 1978.

PASSET, R., "Sur les voies du partage", in Le Monde Diplomatique, março de 1993.

REQUIXA, R., Sugestão de Diretrizes Para uma Política Nacional de Lazer, SP, SESC, 1980.

RIBEIRO, J., "Algumas considerações sobre o ócio como lazer", in Reflexão: Trabalho e Lazer, nº35, Campinas, PUCCAMP, 1986.

ROBIN, J., "Le sort de la liberté en jeu", Le Monde Diplomatique, março de 1993.

-----, "Mutation technologique, stagnation de la pensée", Le Monde Diplomatique, março de 1993.

-----, "Os caminhos para uma sociedade de "plena atividade" e não mais de "pleno emprego", in O Socialismo do Futuro, nº6, Instituto Pensar/Fundação Sistema, Salvador/Madri, julho de 1993.

SCHAFF, A., A Sociedade Informática, SP, brasiliense/UNESP, 1992.

-----, "O Futuro de Trabalho e do Socialismo", in O Socialismo do Futuro, nº6, Instituto Pensar/ Fundação Sistema, Salvador/ Madri, julho de 1993.

SCHWARTZ, G., "Fim do trabalho, a utopia retorna", artigo do jornal Folha de São Paulo do dia 12 de outubro de 1990, p. F-3.

SILVA, J., P., "Trabalho e cidadania nos escritos de André Gorz", texto avulso correspondente à parte do capítulo 4 da tese Alienation, Work and Utopia: A Study of the Thought of André Gorz, PhD, New York, fevereiro de 1993.

SUE, R., "De la Sociologie du Loisir à la Sociologie des Temps Sociaux", in SOCIETES, Revue de Sciences Humaines et Sociales, nº32, 1991.

-----, Le Loisir, Coleção "Que sais-je?", nº1871, Paris, P.U.F., 1980.

THOMPSON,E., "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", in Tradicion, Revuelta y Consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial, Editorial Crítica, 1979.

VALLE,L.A.B., "O Lazer como Resistência", in Forum Educacional, nº4, RJ, out./dez. de 1983.